

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LUCAS GABRIEL BASTOS MATOS

NAS TRILHAS DE UM POLESMITA, UM EDUCADOR: a contribuição de José
Nascimento Moraes para o debate sobre Educação nos primeiros anos da República

SÃO LUÍS - MA

2019

LUCAS GABRIEL BASTOS MATOS

NAS TRILHAS DE UM POLESMITA, UM EDUCADOR: a contribuição de José Nascimento Moraes para o debate sobre Educação nos primeiros anos da República

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Yuri Costa

SÃO LUÍS - MA

2019

Matos, Lucas Gabriel Bastos

NAS TRILHAS DE UM POLESMITA, UM EDUCADOR: a contribuição de José Nascimento Moraes para o debate sobre Educação nos primeiros anos da República/
Lucas Gabriel Bastos Matos. – São Luís, 2019.

65 f.:il

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão,
2019.

Orientador: Orientador: Prof. Dr. Yuri Costa

1. José Nascimento Moraes. 2. Análise biográfica. 3. Educação Brasileira. I.
Título

CDU: 321.64(83):070

NAS TRILHAS DE UM POLESMITA, UM EDUCADOR: a contribuição de José
Nascimento Moraes para o debate sobre Educação nos primeiros anos da República

Monografia apresentada ao curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do
grau de licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Yuri Costa

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador: Prof. Dr. Yuri Costa (Orientador)

Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Helidacy Maria Muniz Correa

Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Márcia Milena Galdez Ferreira

Universidade Estadual do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Durante minha formação acadêmica tive vários momentos difíceis perpassando por responsabilidades sociais e familiares atrasando a conclusão do meu curso. Nesse caminho pude contar com a ajuda de familiares e amigos que me impulsionaram a não desistir.

Portanto agradeço primeiramente a Deus por ser meu porto seguro espiritual e a minha a minha família. Em especial aos meus pais José de Ribamar e Elza Maria pelo amor incondicional que demonstram ter por mim; aos meus irmãos Luís Alfredo, Luciano, Liana, Luciana e Felipe por todas as palavras de apoio e por sempre lutarem pela minha educação e formação acadêmica acreditando no meu potencial intelectual.

A todos os meus amigos de infância pelo companheirismo, em especial Clarissa Durães por ter me influenciado nos estudos com toda dedicação emprestando livro e cobrando-me esforços e resultados, o que me levou a aprovação no vestibular no curso de História pela universidade estadual do maranhão.

Aos meus amigos de graduação Pedro Rodrigo, Allyson Bruno, Lianne Beatriz, Rayssa Sousa, Mikaela Costa, Barbara Neres e demais companheiros de turma. Vocês contribuíram não só para minha formação acadêmica como também me impulsionaram ao ativismo político em defesa dos menos favorecidos, do Estado Democrático de Direito e Justiça social. Por esse motivo dediquei tempo para lutar pelo Centro Acadêmico do nosso curso que se encontrava abandonado.

Agradeço também aos funcionários do Museu Histórico de Artístico do Maranhão (MHAM) por todas as tarde onde pude contribuir com meu conhecimento e trabalho a serviço da população do meu Estado. Ressalto as mulheres virtuosas que estavam à frente da administração e faziam o Museu funcionar diante das diversas dificuldades financeiras e políticas.

Dos funcionários parabenizo em especial Dona Concita que me acolheu como tutora ensinando-me com toda dedicação com funcionava à instituição e por todas as dicas e conselhos para que pudesse seguir meus primeiros passos na carreira profissional, o que fez eu me apaixonar pela museologia e a conservação do patrimônio público.

Ao grupo de amigos do grupo do *WhatsApp* intitulado “PELADOS DA HISTÓRIA” que foi criado com o intuito de marcar uma boa e velha “pelada”, mas acabou se tornando um grupo de debate sobre as mais diversas particularidades da vida. As pessoas que permanecem nele criaram vínculo afetivo de amizade e hoje somos todos unidos pelo amor ao

futebol e nossos times, pelo clubismo exacerbado, e também pelo amor a uma das maiores preciosidades que o ser humano criou: A CERVEJA.

Agradeço por fim, ao meu orientador Yuri Costa por todo seu tempo destinado a me orientar sempre com excelência dando dicas para que pudesse melhorar meu trabalho monográfico e por todas as vezes que precisei me afastar das pesquisas e pude retornar sendo recebido sempre com mesma dedicação de quem reconhece o trabalho do professor enquanto paciente das adversidades e compreensivo das singularidades de cada aluno.

RESUMO

O presente texto em formato monográfico tem como intuito fazer uma análise biográfica do jornalista, literato e educador, José Nascimento Moraes. Portanto tendo como base a sua trajetória de vida no meio social. Através dos caminhos traçados por Moraes nos diversos aspectos da vida pensa-lo enquanto protagonista da própria história, mas também compreender sua vida como seguimento de um contexto maior cujo qual estava inserido. Nascimento Moraes nasceu em 1882 próximo a uma época marcada por vários conflitos, instabilidades e significativas mudanças no contexto nacional como fim Império e começo do período republicano (1889), assim como término o regime escravista (1888). Nesse sentido, pretende-se refletir sobre os ensejos da educação brasileira nesse entre meio relevando a construção do caráter institucional do ensino público e as consequências refletidas na sociedade. Através dos jornais periódicos, entre outras fontes, abranger o conteúdo produzido pelo biografado para elucidar seu ativismo enquanto produção intelectual no que tange a Educação Brasileira. Assim o colocar na condição de produtor e intervencionista da a sua própria realidade.

Palavras-chave: José Nascimento Moraes. Análise biográfica. Educação Brasileira.

ABSTRACT

The present text in monographic format intends to make a biographical analysis of the journalist, writer and educator, José Nascimento Moraes. So based on your life trajectory in the social environment. Through Moraes' paths in the various aspects of life, he thinks of himself as the protagonist of his own history, but also of understanding his life as a follow-up of a larger context of which he was inserted. Nascimento Moraes was born in 1882, close to an era marked by various conflicts, instabilities and significant changes in the national context as the end of the Empire and the beginning of the republican period (1889), as well as the slave regime (1888). In this sense, it is intended to reflect on the possibilities of Brazilian education in this area, between the construction of the institutional character of public education and the consequences reflected in society. Through the periodical newspapers, among other sources, cover the content produced by the biography to elucidate their activism as an intellectual production in what concerns the Brazilian Education. So put it in the condition of producer and interventionist of its own reality.

Keywords: José Nascimento Moraes. Biographical analysis. Brazilian Education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	USOS DA BIOGRAFIA E O PERSONAGEM BIOGRAFADO: em torno da biografia	14
2.1	Nascimento de Moraes: biografado	21
3	A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: do Império a República	30
3.1	A Educação no Brasil Imperial	30
3.2	A Educação Pública para a República	36
3.3	Educação e Política na Era Vargas (1930-1945)	40
4	NASCIMENTO MORAES E A EDUCAÇÃO	45
4.1	A instrução pública Maranhense: da infância ao labor	45
4.2	A Fonte e a produção de Moraes nos jornais	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

Em 18 de março de 1882 nascia José Nascimento Moraes, na capital maranhense, filho de Manoel Nascimento Pereira e Catarina Maria Vitória.

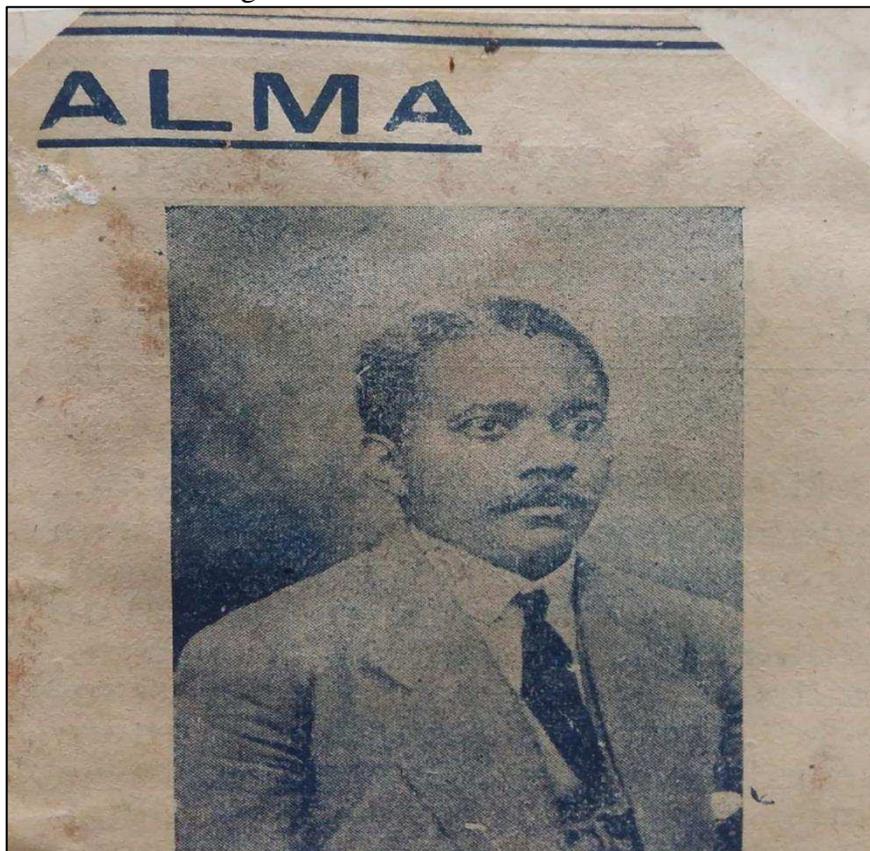
Segundo aponta Araújo (2011, p. 16),

Nascimento Moraes era filho de um mulato ex-combate de Guerra do Paraguai que não recebeu nenhuma premiação por ter participado possivelmente por ser analfabeto. A sua mãe era uma negra emancipada, mediante “alvará de libertação da escravatura” e vendia bananas para ajudar a família.

De acordo com pesquisa da Mariléia a respeito dos progenitores de Moraes através do jornal Publicador Maranhense de 1876 o pai “tinha 30 anos, era sapateiro, solteiro, filho de Lourença Rosa, morador da Rua da Cruz. Declarava-se também que se tratava de um liberto, pertencente ao primeiro quarteirão da paróquia de Nossa senhora da Conceição, do qual se desconhecia a condição de alfabetizado” (CRUZ, 2016, p.5).

O filho de negros recém-emancipados, Nascimento Moraes, seria o primeiro dentre três irmãos.

Figura 1 - José Nascimento Moraes



Fonte: Maranhão (1921)

Moraes viveu por quase toda sua vida na cidade de São Luís, passando apenas dois anos longe e posteriormente regressando. Um homem conhecedor da sua história e atento às mudanças ocorridas na sua contemporaneidade. Por consequência, os fatos que ele presenciou foram salvos em sua memória, levando-o a caminhos de pensamentos que o fizessem produzir sobre essas temáticas.

Como é o caso da sua obra *Vencidos e Degenerados*, a crônica inicia com o panorama dos rumores da notícia que chegava a São Luís do fim da escravidão, no dia 13 de maio. De acordo com a obra varias pessoas se reuniam em uma *meia morada* (tipo de moradia), desde homens públicos e funcionários de letras a vagabundos e desclassificados como bem coloca Nascimento Moraes, ou seja; era notória a agitação da sociedade na expectativa que mais tarde se concretizaria com a notícia do fim da escravidão. Trata-se de uma ficção, um texto baseado entre no Realismo e o Naturalismo literário, mas não deixa de servir com fonte pelo seu trato com os acontecimentos da época e seu caráter sociológico.

O dia 13 de maio de 1888 é um marco histórico para historiografia brasileira, data esta em que foi sancionada a popularmente conhecida Lei Áurea, Lei Imperial n.º 3.353 que decretava o fim da Escravidão no Brasil. No ano seguinte, no dia 15 de novembro de 1889, era Proclamada a República no país, um momento de grande efervescência política e social.

O 'Globo' de 16 de novembro de 1889, ao da a notícia da Proclamação da República, foi bastante eloquente e enfático: "O povo brasileiro contempla hoje o horizonte da sua libertação. [...] A humilhação não será mais partilhada de nós todos; cada um dos nossos filhos poderá repartir orgulhoso e sobranceiro – não temos mais um senhor". Devido a essa simpatia com a manifestação pelos eventos ocorridos na Corte, no dia 17 de novembro de 1889, sua sede quase foi depredada pelos libertos do 13 de maio pois temiam que a Republica trouxesse o julgo de volta da escravidão. (FERREIRA, 2004, p. 218).

A República não voltou o julgo a escravidão como temiam, mas continuou restrita a liberdade dessas pessoas que não estavam inseridas no contexto do poder republicano da época; portanto, não poderiam fazer bom proveito desse momento exaltado por muitos e aproveitado por poucos.

Dessa forma, não havendo viabilidade de ascensão social para pobres e remanescentes do cativo, José Nascimento Moraes apareceu enquanto uma das exceções que lutou para atingir espaços sociais maiores em São Luís, destacando-se ao longo da sua vida na atuação enquanto jornalista e educador.

Pensar sobre uma das personalidades que interferiram na construção da sociedade, com intuito de levar a cabo uma biografia, portanto nesse caso trazer à tona o negro que teve

um lugar de visibilidade, desta vez não como vítima indireta da escravidão, mas como quem lutou para sobreviver sem assistência social além da contribuição dos seus progenitores, é também contribuir para a historiografia do negro no Maranhão.

A vida e obra do personagem estudado já fora retratada por alguns biógrafos e estudiosos, sob tudo das áreas sociais, a fim de reconstruir um passado da sua vida e suas nuances e contribuições para compreender diversas questões sobre a sociedade maranhense. Contudo pouco se conhece sobre sua vida e obra na atualidade em contextos mais gerais, o que nos leva a crer que tenha ficado no esquecimento histórico assim como muitos literatos maranhenses do período decadentista.

Porém, Nascimento Moraes tem uma grande contribuição para produção literária maranhense através de suas obras e, mas para além desse campo das Letras destacou-se como jornalista e também na construção do saber enquanto professor no Liceu Maranhense, onde teve uma das suas contribuições diretas na educação, lecionando varias disciplinas. Porém, pouco se fala dos trabalhos já conhecidos sobre essa presença do Nascimento Moraes no que tange à Educação em São Luís.

Entendo que os estudos acerca do José Nascimento Moraes ainda nos tem muito a acrescenta sobre a sua contribuição como intelectual negro, jornalista ou como educador maranhense. Se diminuirmos a escala de observação, no que tange à produção a micro-história e analisando a partir da trajetória do personagem, entre o micro e o macro contexto, é concebível analisar a sociedade maranhense, que sempre viveu às margens do desenvolvimento. Assim é possível levantar hipóteses que possam contribuir de forma positiva na discussão historiográfica sobre tema tratado.

A percepção da imagem construída sobre o autor é de um homem com relevância para o seu tempo entendido com intelectual negro e ativo em suas produções literárias, enquanto jornalista e educador, este último sendo pouco explorado pela historiografia maranhense, como aponta Mariléia dos Santos Cruz:

Grande parte do conteúdo literário, político, antirracista e pedagógico dos textos produzidos por Nascimento Moraes ainda aguarda estudos aprofundados e muito pode contribuir para melhor conhecimento de diversos aspectos da história maranhense (CRUZ, 2016, p. 211).

É pensando sobre as varias possibilidades de aspectos e caminhos a percorrer que uma análise biográfica da vida do José Nascimento se torna um produto indispensável para abordar temas específicos referentes ao contexto do tempo e espaço o qual estava inserido,

entendendo a biografia “como recurso de pesquisa significa pressupor que a existência de um indivíduo possa ser concebida como conjunto inseparável e coerente de acontecimentos” (COSTA, 2017, p. 23).

Nesse sentido, é no âmbito da Educação que se percebe muita influência dos trabalhos produzidos por Nascimento Moraes. Aqui a questão da prática perpassa as amarras do espaço de produção acadêmica e se faz presente e ativa no sentido de viabilizar espaço para essas pessoas do mesmo grupo que ainda se encontram às margens da Educação e do Desenvolvimento. Portanto, o papel desse intelectual tem sido o de indagar a produção do conhecimento e o lugar pelo outro, pelas diferenças.

As situações vividas por esses intelectuais de procedência pobre e negra colocam em evidência a fragilidade da função equalizadora atribuída à escola, quando essa instituição é fruto de uma sociedade marcada por desigualdade e exclusão (CRUZ, 2016. p. 211).

Sendo assim um dos principais desafios enquanto intelectual negro no século XX se posicionando enquanto defensor das causas da coletividade rompendo com as estruturas sociais impostas que os oprimia e limitava o crescimento educacional, político e social. Contudo, faz-se necessário “para entender o aspecto educacional deve-se levar em consideração a sociedade, seus agentes e os valores apreendidos é uma alternativa mais sólida para analisar as alterações do âmbito educacional” (SALES, 2009, p. 1).

Outro ponto do debate em torno de José Nascimento Moraes gira acerca da sua relevância no campo literário. Segundo o autor, Dorval Nascimento (2014), as divergências políticas e de hegemonia do poder entre Leal Lobo e Nascimento Moraes contribuíram para um clima de instabilidade e rixas de posicionamento frente ao campo literário e intelectual no Maranhão onde vamos perceber críticas feitas por ambos no campo da imprensa, sendo assim palco das principais atividades de produção do personagem estudado.

Como já discorrido José Nascimento Moraes é um nome já explorado por alguns estudiosos em pesquisas densas com escritos diversos sobre suas obras e atuações em diversos contextos do saber, no entanto, tal fato não limita os estudos sobre o mesmo. Pois as fontes nos possibilitam uma gama de abordagens sobre diversos temas quanto à personalidade em questão, inclusive inerente para pensar questões em escalas e contextos maiores além do próprio biografado.

Dentre as autoras e suas respectivas obras contemos: Adriana Gama de Araújo (2011) em “Em nome da cidade vencida: A São Luís republicana na obra de José Nascimento

Moraes (1889-1920)”; Patricia Raquel Lobato Durans Cardoso (2013) em “Lobato x Nascimento na ‘Nova Antenas’: literatura, história e polêmicas dos intelectuais maranhenses na Primeira República”; Helayne Xavier Bras (2014) em “Os marginalizados pela República: o discurso sobre modernidade e cidadania na obra de José Nascimento Moraes; Elisangela Pereira Gomes (2015) em “A trajetória docente de José Nascimento Moraes na primeira metade do século XX”.

Portando, pretende-se produzir uma análise biográfica do jornalista e ensaísta, José Nascimento Moraes, tendo sua trajetória de vida como ponto de partida para pensar questões maiores. Dessa forma, seguindo os rastros das fontes que se deslumbram entre jornais maranhenses, documentos oficiais, e extraoficiais como cartas, crônicas, registros pessoais e relatos sobre de personalidades e estudiosos a respeito do mesmo.

No primeiro capítulo é feito um levantamento biográfico (não apologético) mais denso para refletir sobre os caminhos traçados por José Nascimento Moraes dialogando com a Historiografia referente ao tema, com o debate sobre o fazer historiográfico e a Historiografia no que tange às teorias biográficas. Através do levantamento de fontes e bibliografia sobre o tema, nesse primeiro momento pretendo elucidar as relevâncias sobre ressignificação da memória de José Nascimento Moraes.

No segundo capítulo é feita uma revisão bibliográfica sobre a História da Educação Brasileira com foco na a estruturação do ensino público no país. Pois se compreende que a forma como fora conduzida a institucionalização do ensino no Brasil reflete significativamente nas questões relacionadas às desigualdades sociais. Dessa forma preparando o leitor que se situe entre o tempo vivido, o personagem, e o contexto. Assim sendo, possibilitar compreender as diversas frentes ideológicas relacionadas às questões que contribuíram nesse processo.

No terceiro e último capítulo trato de elucidar o ativismo da produção intelectual do personagem enquanto negro e intervencionista da sua própria história entendendo-o enquanto agente participativo de representação de um grupo que por muito tempo permanece as margens do desenvolvimento quanto aos espaços de poder da sociedade. Nesse sentido, através das suas produções nos jornais entre os anos 1918 até 1945 é feito uma síntese do seu pensamento no que concerne a temas como a Educação, Política e Sociedade.

Logo, pensar a vida de um homem que foi singular entre um plural de desigualdades, mas semelhante pela cor e pela origem, o cativo, é fazer reviver a memória do leitor sobre a vida de um grupo degenerado, sobre a neurose do medo, mas nunca vencido.

Para a produção deste trabalho foram utilizadas bibliografias referentes ao assunto

e que incorporem direta e indiretamente a análise acerca do tema. Quanto às fontes para produção pensando em uma biografia, são elas diversas, podendo ir dos relatos da história oral, principalmente se o biografado ainda for vivo, mas quando se trata de alguém que já faleceu essa dinâmica pode mudar, e as abordagens partem para vestígios da trajetória de vida partindo para as documentações mais tracionais da história, não excluindo a memória de terceiros sobre o personagem.

Nesse caso, compreendendo a gama de possibilidades quanto às fontes sobre Nascimento Moraes e as divido em três eixos: a imprensa, no que se refere aos periódicos jornalísticos; os documentos oficiais, onde é possível encontrar registros, notas, documentos pessoais; e a sua própria obra, enquanto produção literária, os quais compõem livros, cartas, poemas, crônicas e artigos.

A documentação sobre o tema também se encontra dividida em vários espaços físicos e digitais. Pode ser encontrada no Arquivo Publico do Estado do Maranhão (APEM), na Biblioteca Benedito Leite e no site da Biblioteca Nacional pela Hemeroteca Digital. Os documentos físicos, alguns se encontram em estado já avançado de deterioração, entretanto, o que se remete aos acervos digitais pode ser consultado com praticidade nas plataformas digitais sem muita burocracia, facilitando o trabalho do pesquisador.

A História, enquanto ofício assume uma responsabilidade com os fatos e documentos cujo vai ser submetido. Tratar sobre a vida de alguém requer o máximo cuidado com a documentação que, no decorrer dos capítulos entre notas e corpo do texto, serão comentadas.

2 USOS DA BIOGRAFIA E O PERSONAGEM BIOGRAFADO: em torno da biografia

O gênero biográfico, que será trabalhado a partir do biografado José Nascimento Moraes, não é um tema desconhecido, pelo contrário, surge na Antiguidade em meados do séc. V e tem perpassado por vários desdobramentos ao longo do tempo, entre proximidades e distanciamentos enquanto objeto de estudo da história, até sua consolidação atual.

“Porém, o contexto da *pólis* grega, ao privilegiar o coletivo, a relação horizontal entre os cidadãos, não favoreceu a produção de biografias” (SCHMIDT, 2012, p. 187), pensando por em risco os domínios da democracia, sobressaindo um indivíduo em relação ao coletivo. Então, as biografias só tomam maior amplitude nos séculos seguintes durante o período helenístico e romano em diante.

As produções biográficas iniciais tinham certo distanciamento da história, pois, ao passo que a história estava preocupada com o trato da verdade, as biografias iam do lúdico e imaginário com cuidado na narrativa em tons de verdade, mas inquieta em apresentar personagens que fossem exemplos de moral e ética, a fim de pensar conduta a serem seguidas pela sociedade.

Durante a Modernidade a Biografia¹ apareceu corroborando com a evolução do individual ao longo do tempo e, desta vez mantendo-se as características da individualidade do biografado influenciadas pelo Iluminismo e o movimento positivista, mantendo também o caráter moral da função do personagem, mas por outro lado começa-se a questionar alguns valores pondo em xeque o individualismo e os atos enquanto exemplares.

A *Escola dos Annales*, o movimento de renovação historiográfica francesa idealizado por Lucien Febvre e Marc Bloch, teve papel preponderante no distanciamento da biografia na produção historiográfica, ao criticar o Positivismo pensado por Comte e a “história historicizante”, em contra-partida valorizando aspectos dos estudos da coletividade e de uma história total com base em uma problemática (história problema), durante sua primeira geração. Assim, as biografias ficaram em segundo plano, enquanto auxiliares e com menos relevância em relação às principais produções deste período.

Para Benedito Bispo Schmidt, a retomada da biografia, sobretudo no campo da História, dentre as Ciências Sociais, está relacionada com a crise do paradigma estruturalista onde se tem um esforço dos historiadores em restaurar os indivíduos na construção dos laços

¹ Cabe salientar que foi justamente no século XVII e na primeira metade do século XVIII que a palavra biografia apareceu registrada nos dicionários europeus: *biography*, em inglês, em 1683; *biographie*, em alemão, em 1709; *biographie* em francês, em 1755 (SCHMIDT, 2012, p. 189).

sociais. Em resumo, ao pensamento de Schmidt, Yuri Costa sintetiza:

O regresso da biografia como campo de conhecimento histórico se deu juntamente com a tentativa de se restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais e enquanto forma de reação ao estruturalismo, mantendo, por isso mesmo, relação com a crise dos paradigmas de cunho totalizante. Daí o estudo da história de vida ter se entrelaçado com análise do cotidiano, da história oral, da cultura popular e da história das mulheres, campos capazes de questionar uma escrita da história que insiste em apresentar o indivíduo como algo previsível, comum e passivo (COSTA, 2017, p. 22).

É durante o fim da década de 1970 que a biografia voltou a ter mais ênfase nas produções historiográficas valorizando a subjetividade de grupos tidos como subalternos, a fim de analisar vidas, método esse utilizado pela microanálise italiana² para confrontar a crise dos paradigmas sociais.

Entre os historiadores marxistas britânicos, alguns também se voltaram a trajetórias singulares, como E. P. Thompson, que escreveu sobre os artistas e literatos William Morris (1988) e William Blake (1993), e Christopher Hill, que dedicou um livro a Oliver Cromwell, líder da revolução Inglesa do século XVII (1988). Nesse caso, o interesse principal parece ser resgatar o papel da ação individual nos processos históricos como forma de se questionar o determinismo do marxismo estruturalista (SCHMIDT, 2012, p. 193).

Para Levi (2006, p.168), “essa crise dava-se em torno de questões metodológicas, onde havia uma inadequada utilização das escalas de análise a maneira de se relacionar regras e práticas sociais, gerando discussões limites da racionalidade e liberdade do homem”.

Na década de 1980, os *Annales* em sua 3^o geração ao abranger novos métodos e abordagens da produção do historiador também retomaram os estudos de vidas, sem perder a sua principal característica que era problematizar a História. Foi possível perceber também a presença de estudos destinados ao tema durante a renovação do Marxismo inglês³.

² Quanto ao método da microanálise é também utilizada, de alguma forma, em parte deste trabalho no que diz respeito às técnicas e metodologias referentes às escalas de análises de observação, variando entre o micro e o macro, analisando documentos pessoais e referentes ao individual/ personagem e o contexto do vivido para que tivesse um melhor experimento das observações para exploração do objeto de pesquisa, portanto propondo uma metodologia de abordagem social. “Tal escolha implica o recurso da metonímia como figura metodológica de ação, o que permite que, a partir do fragmento, se consiga obter um espectro mais amplo de possibilidades de interpretação. O aprofundamento do processo explicativo, pela análise microscópica, leva, por seu turno a uma pluralidade de repostas possíveis para uma mesma situação dada” (PESAVENTO, 2008, p. 72).

³ Segundo Sandra Pesavento, a micro análise, ou micro-história, termo utilizado por ela “busca traduzir o empírico em sensibilidades, na tentativa de resgatar a experiência do vivido, indo do tempo curto dos dados de arquivo ao tempo macro de uma época dada do passado.” (PESAVENTO, 2008, p. 75)

No Brasil, durante o Império, assim como em épocas já citadas do contexto europeu, as biografias ficaram em segundo plano, não obtendo relevância nas principais produções historiográficas. Valendo lembrar que as mesmas estavam inseridas no contexto do projeto de produção da história do país pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com sua fundação em ¹⁸³⁸, na gestão de Dom Pedro II.

Percebe-se aqui um primeiro uso da biografia entre os historiadores do período: o dever de servir como “matéria prima”, como subsídio, para projetos historiográficos mais amplos, nos quais a história era pensada a partir de lógicas não calcadas na ação individual. Em especial a do processo inexorável e teleológico, condicionado a leis gerais, de construção da Nação (SCHMIDT, 2012, p. 200).

A retomada das biografias em sua excelência e relevância de produção só veio à tona com a mudança dos domínios de produção historiográficas, quando passaram a ser produzidas por acadêmicos através do progressivo estabelecimento das universidades, entre os anos 1970 e 1980. E principalmente pela grande influência das teorias europeias pensadas a partir dos *Annales e* do Marxismo que revolucionou o fazer histórico.

Nesse entremeio, ao fim do século XIX e início de século XX, a produção biográfica volta-se para a construção da uma identidade nacional, então se fazia pensar personagens capazes de serem modelos para homens do presente, interessando perceber que os biografados tornam-se um aporte em processo mais amplo que seria a construção da Nação.

Momento esse em que são feitas também reflexões sobre o próprio trabalho do historiador levando-o a refletir sobre questões metodológicas com as fronteiras entre a biografia e a literatura. Como foco para uma renovação da história nacional o personagem torna-se característico de outras épocas com o intuito da reflexão da sociedade, o que é notável no momento atual das biografias brasileiras.

Bem mais que a narrativa da consolidação do método biográfico é a compreensão teórica e metodológica na sua aplicação prática em pesquisas, que vem contribuir de maneira ativa para este trabalho. Entende-se que o gênero biográfico mantém uma relação íntima com o gênero histórico; logo, precisa estar compatível com as técnicas do fazer historiográfico.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a biografia histórica é, antes de tudo, história, portanto, precisa se pautar pelos procedimentos de pesquisa e pelas formas narrativas próprias a essa disciplina que se propõe a explicar e/ou compreender o passado. Assim, a prática do gênero, pelo menos em âmbito acadêmico, deve ser subordinada às regras do métier, entre as quais se destacam a necessidade de se ter um guia de investigação um problema de pesquisa histórica formulado a partir de referências conceituais e de fontes documentais apropriadas (SCHMIDT, 2012, p. 195).

A grande tarefa é o enfrentamento de “problemas antigos e recentes que dizem respeito à produção histórica como um todo: a relação entre indivíduo e sociedade, entre unidade e fragmentação, entre narração e explicação, entre outros” (SCHMIDT, 2012, pag. 2004).

Portanto, tem-se como aporte teórico para construção do corpo desta pesquisa uma concordância com o pensamento de sociólogo Pierre Bourdieu, no que diz respeito ao entendimento conceitual e dos métodos para análise biográfica. Nesse sentido, fazendo-se referência a um das suas produções, “*A ilusão biográfica*”. Cumpre entender a biografia enquanto “história de vida” no sentido de trajetórias ou caminhos percorridos, onde o personagem biografado é indivisível e harmônico aos acontecimentos.

Nesse sentido, mesmo o mais simplório entendimento e até próximo ao senso comum, a biografia torna-se relatos do conto de uma vida e há também aproximação do que seria biografia enquanto história, onde “uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história” (BOURDIEU, 2011, p.183). Entretanto, essa mesma narrativa não deve limitar-se somente aos emaranhados de fatos e busca por coerência de uma ordem cronológica, perpassa mais questões a serem analisadas.

No que tange à narrativa histórica, leva-nos naturalmente a preocupação por um trabalho íntimo entre biógrafo e biografado para dar sentido a uma história, dar clareza e originalidade a partir de interpretações buscando coerência de sentido, uma história oficial, como se fosse capaz de recriar o modelo original de vida através de trajetórias de um alguém, podendo nos levar erroneamente a uma produção artificial do sentido. O que é bastante comum nos modelos de romances tradicionais, que, para Bourdieu, constituem também a *ilusão retórica*:

Produzir uma história de vida, tratar da vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (BOURDIEU, 2011, p. 185).

Em concordância com o autor, à ilusão retórica para o historiador (biógrafo) nada mais seria do que o preenchimento do texto com fatos significativos dando *status* de expressividade para uma vida, em uma narrativa coerente nos eventos cronológicos, o que não passaria de um sentido posticho de valorização do personagem.

Refletindo sobre o que diz Sabrina Loriga quanto ao tema, existe uma concordância entre ambos quanto à importância das considerações sobre a ilusão biográfica, mas, no que se refere ao pensamento de Pierre Bourdieu, citado acima, houve certo exagero em pensar as biografias como uma narrativa restritamente cronológica e alguns equívocos do mesmo quando faz comparações entre a História e a Literatura como se estivessem em um mesmo plano, no que diz respeito ao individualismo do personagem. Então, ela pontua os dois problemas:

Em primeiro lugar, o perigo de cair na história cronológica *évémentrielle* e pouco problemática, mas não está inscrito no gênero biográfico: como me esforcei para sublinhar nas linhas acima, as ciências sociais não produziram uma só e única figura do indivíduo, para a forma tradicional do indivíduo, o enunciado biográfico não tende sempre, automaticamente, para a forma tradicional da biografia. Por outro lado a referência à literatura tal qual como nos é apresentada me parece pouco pertinente, pois o caso pessoal não tem a mesma função na literatura e na história e, de toda forma o campo crítico de Bourdieu é profundamente diferente do dos romancistas do século XX (LORIGA, 1998, p. 246).

A historiadora Sandra Pesavento, ao trabalhar outro campo de Pesquisa, o da História Cultural, também teceu algumas considerações sobre História e Literatura, a fim de compreender mais essa relação, e que acaba sendo pertinente para o entendimento da História como um todo.

Nesse sentido são pensados proximidade e distanciamentos entre ambas as temáticas, mas cabe aqui salientar o distanciamento onde nos é proposto questionar sobre o caráter científico da produção historiográfica. Quando questionada se a História estaria aproximando-se demais da Literatura, Pesavento responde:

Já vimos que a resposta dada a História foi de que ela é uma ficção controlada, seja pelo método seja pelas fontes tal como pelo fato de que lida sempre com o acontecido, embora variem as formas de representar aquilo que aconteceu. A História assim é controlada pela relação que estabelece com seu objeto. Ela tem como meta atingir uma verdade sobre o acontecido, que se exprime o mais próximo possível do passado (PESAVENTO, 2008, p. 82).

Assim, é possível balizar em termos conceituais o que seria, ou não, História quando e se comparadas às produções literárias, e acrescentado ao pensamento de Bourdieu e das críticas de Loriga a respeito do entendimento das biografias, enquanto prática científica e distinta da Literatura, compreender o estabelecimento dos parâmetros para produção do historiador reforça ainda mais confiabilidade da escrita biográfica no contexto das pesquisas históricas.

Retomando o pensamento central sobre as vicissitudes a cerca do exercício de produzir trajetórias de vidas, faz-se necessária à compreensão do contexto vivido pelo personagem e sua relação íntima com esse meio.

O contexto é então essencial para o estudo das trajetórias de vida dos indivíduos, tal como histórias de vidas são relevantes para o entendimento de um momento histórico. Há assim uma mútua dependência, fazendo com que cada uma dessas perspectivas não perca o vínculo com a outra (COSTA, 2017, p. 25).

Dessa forma, é possível conceber várias possibilidades de aspectos e caminhos a percorrer, onde na análise biográfica o personagem se torna um produto indispensável para abordar temas específicos referentes ao contexto no âmbito de um espaço por determinada temporalidade, enquanto o contexto é capaz de dar luz aos olhos do escritor sobre os vazios da vida do personagem, sendo assim complementares um do outro.

Em suma, é evidenciado que o contexto possibilita o preenchimento dos ‘vazios’ existentes nos registros sobre a vida de um personagem, permitindo que tais lacunas sejam, na medida do possível, ocupadas através da comparação com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia com a do indivíduo estudado. A singularidade das trajetórias seria assim, ainda que parcialmente, ‘explicada’ - ou pelo menos prevista, suposta - através da conjuntura da época (COSTA, 2017, p. 25).

Cabem aqui os apontamentos de Sabrina Loriga novamente. Desta vez ela chama atenção para o uso do contexto ao salientar que podemos facilmente cair no equívoco da tentativa de unir contexto e individualidade do personagem, mas sem substância significativa ou relevância para compreensão de um problema, não passando de uma demonstração dos fatos históricos desconexos da realidade do vivido e que pouco explica as experiências sociais.

A autora acima intitula esse evento de “*paradoxo do sanduíche*”, uma referência ao termo já utilizado por outro historiador, Charles Firth, o que para ela seria produzir com “um pouco de contexto, um pouco de existência individual e outra camada de contexto” (LORIGA, 1998, p. 248). Em complemento ao raciocínio à solução para tal impasse seria compreender que “o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário ele deve se permanecer particular e fragmentado” (LORIGA, 1998, p. 249).

Bourdieu, inclusive, fez menção ao assunto questionando o uso isolado do nome próprio ou *constância nominal*, cabendo explicações mais detalhadas nos parágrafos seguintes sobre essa questão, para ele o isolamento do indivíduo em relação ao contexto “é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre diferentes estações” (Bourdieu, 2011, p.

189-190). Ele conclui seu entendimento explicando que os acontecimentos biográficos se dão no espaço social enquanto alocações e deslocamentos.

A respeito do nome próprio, o autor compreende que a recorrência do nome (que ele chama de *designador rígido*, expressão utilizada por Kripek) é um ponto norteador na pesquisa biográfica visto que “o mundo social tende a identificar a normalidade com a identidade entendida como constância em si mesmo de um ser responsável ou, no mínimo inteligível; dispõe de todo tipo de instituições de totalizações e unificações do eu.” (BOURDIEU, 2011, p. 186).

A busca pelo nome próprio é que irá trazer a neutralidade do indivíduo em detrimento de suas trajetórias no mundo social, pois representa a parte pessoal/individual teoricamente imutável ao longo da vida; portanto, é como a identidade social e biológica e por consequência a assinatura desse nome se torna uma espécie de autenticação do mesmo. Desta forma, Bourdieu conclui o raciocínio:

O nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamentando da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar as manifestações em registros oficiais, *curriculum vitae*, *cursus honorum*, ficha judicial, necrologia ou biografia, que constituem a vida na totalidade finita, pelo veredicto dado sobre um balanço provisório ou definitivo (BOURDIEU, 2017, p. 187).

A busca pelo nome, como já apontado, torna-se um facilitador durante o processo de pesquisas, já que exprime uma determinada constância nos documentos, mas é dever do pesquisador ficar atento a algumas variações e recorrências do nome para não cometer equívocos e atribuir ao indivíduo uma perseguição inadequada e creditar erroneamente ações que não competem ao pesquisado ou do contrário apropriar-se de fatos que não dizem respeito ao nome⁴.

Importante ressaltar que o “nome assegura certa coerência e constância à narrativa, ou por causa, de todas as transformações verificadas; essas podem significar como amadurecimento, evolução, ou e, sentido contrário, decadência” (SCHMIDT, 2012, pag. 198).

⁴ Durante o processo de catalogação das fontes foi possível perceber alguns casos que por descuido poderia nos levar a cometer erros, isto posto, ao rastrear o nome José Nascimento Moraes em uma plataforma da Biblioteca Nacional (a hemeroteca digital) encontrei um caso de homônimo, onde aparentemente o pesquisado aparecia em um caso de envolvimento em crime (furto), e só pude perceber que não era mesma pessoa a qual estava pesquisando quando me dediquei a investigar o caso e descobri que se tratava de um equívoco onde o próprio Nascimento Moraes tratara de expor no mesmo jornal. Outro ponto destacado são as variações do nome no que diz respeito à utilização de pseudônimos, principalmente quando referente aos escritos literários, nesse caso foi possível perceber alguns textos produzidos por ele, mas registrado como, por exemplo, “Valério Santiago”, “João Ninguém”, “Francisco das Chagas” e “Um maranhense”.

Assim, corroborando com a ideia central sustentada aqui, que difere da então “ilusão biográfica” pensada por Pierre Bourdieu, então os caminhos percorridos e as tomadas de ações é que vão determinar o curso e enredo da história, deixando de lado qualquer perspectiva de predestinação.

É como pensar a biografia enquanto um Trem, no qual o Maquinista, que conduz o transporte terrestre, é o próprio biografado, supondo aqui o nosso José Nascimento Moraes, onde por mais que exista um contexto aparentemente preestabelecido, os trilhos, é o maquinista que determinará o percurso a ser seguido, a partir de suas tomadas de decisões, assim como em cada parada, nas estações, podem ser tomados novos rumos e histórias. E é nos vestígios da trilha de José Nascimento Moraes, mesmo fragmentados pelo tempo que tentei reconstruir uma trajetória da sua vida e o posto objeto de pesquisa.

De antemão, ao longo da segunda parte deste capítulo será feito um esforço para trazer ao leitor um pouco do que foi possível construir através dos rastros da vida e memória de Nascimento Moraes defronte de relatos, e de fontes no que diz respeito à idealização do que ele viera a se tornar hoje tentando perceber as nuances ao longo do tempo e principalmente no que tange a um legado histórico.

2.1 Nascimento de Moraes: biografado

O José Nascimento Moraes é um nome que ao longo da vida ganhou várias outras adjetivações, tornando-se conhecido principalmente por suas ações enquanto a atuação profissional, sendo entendido assim como o jornalista ou o professor/educador, e ao longo do tempo a sua consolidação enquanto um personagem da História maranhense acrescentam-se características voltadas a sua história enquanto literato, como o cronista e o polemista. Assim, estabelecendo-se em uma das importantes figuras no âmbito do contexto das ditas grandes personalidades maranhenses do século XX.

Nesse sentido, as múltiplas abordagens do nome Nascimento Moraes abrem um leque de possibilidades para debater em torno da sua trajetória. Cabendo aqui pensá-lo não como uma história acabada em seu fim, mas contínua pelo que fora construído enquanto memória do mesmo por outros personagens que fizeram parte do seu ciclo de vivência, e pelos que, em algum momento da vida, tiveram contato ou alusão inerente ao próprio mesmo que aquele não tivesse mais vivo e atuante.

Portanto, é sensato analisar aqui as apropriações do nome em questão, feitas por alguns personagens e pesquisadores que se propuseram a contribuir com algum apontamento

ou crítica. Mas, antes se faz necessário compreender o conceito de *representação* que se torna útil para a compreensão das modificações construídas entre vazios e preenchimentos da história de Moraes.

Entendendo também a complexidade do conceito e as vastas variações de interpretação do mesmo não é oportuno um prolongamento da sua análise concebendo que fugiria da proposta do trabalho. Então, a contribuição somente é cabível para explicar em âmbitos mais gerais o conceito e de qual forma foi utilizado aqui, visto que muitas produções acadêmicas fogem da responsabilidade de apresentá-lo quando exposto nos trabalhos, assim:

A teoria das representações sociais se interessaria, dessa forma, por compreender como os indivíduos, inseridos em seus respectivos grupos sociais, constroem, interpretam, configuram e *representam* o mundo em que vivem. Assim entendidas, as representações sociais são sintetizadoras das referências que os diversos grupos fazem acerca do que conseguem apreender de suas vivências sociais inseridos no tempo e espaço (SANTOS, 2011, p. 34).

Dentre as opções possíveis das quais fora feito contato, no que tange aos teóricos que pensam sobre o assunto, a teoria de Roger Chartier é a que mais se aproxima da forma como é proposta a disposição da pesquisa neste momento, onde é feito um processo interpretativo dos discursos levando em consideração os interesses dos grupos que as fabricam, levando também em conta o tempo e lugar social⁵.

José Nascimento faleceu em 1958 aos 76 anos de idade deixando sua família e amigos. Casou-se com Ana Augusta Mendes Moraes com quem teve os seus dois primeiro filhos nos anos seguintes, Áppio Cláudio e Paulo Augusto; Moraes também teve mais outros 3 filhos, João José, Raimundo e José Nascimento Moraes Filho, e mais duas filhas, Nadir e Talita (CRUZ, 2016).

Em matéria da revista “Suplemento Cultural & Literário JP Guesa Errante” do ano de 2005 sobre Nascimento Moraes Filho são apontadas curiosidades do seu meio familiar onde remete a José Nascimento Moraes, seu pai, levando-nos a conhecer um lado de quem o conheceu e teve vida íntima.

⁵ Roger Chartier sem sua obra “*A história Cultural: entre práticas e representações*” tece severas críticas aos modos operantes do fazer historiográfico produzido no campo acadêmico e intelectual da França, entre os anos 1960 e 1970, no que tange a história das mentalidades e da história serial quantitativa e também deixou grande contribuição para a compreensão do que muito se produz hoje em torno do conceito de representação no campo sociocultural pelas ciências humanas, esse ultimo utilizado na pesquisa. Para ele “as percepções sociais não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformado ou justificar, para os próprios indivíduos, suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17). Ainda sobre o mesmo, as representações sociais são então estabelecidas pelos grupos que as fabricam.

A respeito do seu pai é afirmado que ele também teve um relacionamento afetivo com uma das suas alunas, Francisca da Graça Bogéa, sendo Moraes filho fruto dessa relação, mas foi criado no Beco do Couto, em São Luís, desde o dia em que nasceu por sua madrastra Ana Augusta, pela qual aparentou ter boa estima e gratidão.

Já quanto à característica dada ao seu pai apontou um defeito ao afirmar que ele “gostava muito de mulher”. Moraes Filho, ainda assim, seguiu carreira semelhante ao do seu progenitor atuando em várias áreas do saber.

O deputado Neiva Moreira em necrológio a Nascimento Moraes anunciou também o falecimento em direcionamento aos demais integrantes da câmara dos deputados, e proferiu um discurso em homenagem a ele enaltecendo principalmente a carreira de trabalho e a inteligência de Moraes, referendando-o como Mestre Nascimento, dentre algumas palavras ditas por Neiva:

Desde João Francisco Lisboa, nossa terra não conhecera na sua imprensa de tantos foros de cultura e de inteligência, uma expressão maior e poucos terão sido jornalistas do nosso País que tiveram, como Mestre Nascimento, a glória de uma continuada e insuperável atividade profissional. [...] Não falo senhores do polemista, do poeta erudito, do maranhense tão arraigado a sua terra e à sua gente. [...] Falovos, e sim com tristeza que se abateu a minha terra, como a morte sentida desse notável maranhense, que só dispunha de uma arma, a inteligência, legando-nos o exemplo excepcional de vitória revolucionária contra o preconceito de cor e da riqueza, num meio onde velhas praxes aristocráticas, herdadas da Colônia e do Império, não permitiu acesso fácil aos que, como Nascimento Moraes, preto e pobre, humilde e sem proteção tinha que abrir caminho rompendo a floresta a golpes de talentos e pela sua bravura moral” (MOREIRA, p. 1958).

Nascimento iniciou sua carreira no Jornalismo, por volta de 1900, trabalhando em diversos jornais na imprensa maranhense, ele também “foi editor chefe e redator do *Diário Oficial do Estado*, diretor e/ou colaborador de outros impressos como *A imprensa*, *Pacotilha* *Diário do Maranhão*, *Diário de São Luís* e *O jornal a Hora*” (CRUZ, 2016, p. 2012).

Um artigo intitulado *O REDATOR CHEFE=chefe de tribuna julgado pelo brilhante Renato Viana*, que seria escrito pelo próprio Renato Viana para Nascimento, é possível percebê-lo desta vez em posição de destaque enquanto redator chefe do *Diário Oficial*; quanto ao conteúdo, Moraes é visto como uma figura inconfundível, decano jornalista, velho professor e mestre de toda uma geração.

A aparente versatilidade e conhecimento de vários assuntos fazia-se presente nos jornais onde ele escreveu ao longo da vida. Por bastante tempo se incumbiu de ser um porta-voz dos menos favorecidos. Começou escrevendo cartas intituladas com nome de personagens da vida política maranhense e amigos onde fazia suas duras críticas políticas e sociais, um

verdadeiro polemista, dentre elas era também possível perceber o tema educação aparente boa parte das vezes, mas ao longo do tempo é percebido um declínio às questões, sobretudo, políticas e do contexto nacional.

Josué Montello⁶ declarou ter sido aluno e leitor de Nascimento Moraes e também se incumbiu de fazer críticas ao seu conterrâneo, essas estavam contidas em publicação com título *Areia do Tempo e Uma ressurreição* no *Jornal do Brasil*, mas podem ser encontradas parte delas no prefácio da obra literária de maior sucesso de Moraes, *Vencidos e Degenerados*⁷. Nesse caso, além de elogios, Montello também questionou a irradiação do nome a indagar quanto à propagação que poderia ter sido maior se ele houvesse deslocado dos horizontes da província, o cenário de suas ilusões.

Moraes também não se limitou somente a essa produção. Além dela, escreveu *Puxos e Repuxos* em 1910, ano em que foi criada a Inspetoria Geral Pública com a ascensão de Luís Domingues ao governo estadual e “sendo nomeado como Inspetor Geral Antonio Francisco Leal Lobo, amigo de Domingues um dos membros da oficina dos novos” (CRUZ, 2016, p.8), oficina da qual Nascimento Moraes também fez parte em sua juventude, mas anos seguintes faria frente a uma das suas principais lideranças e idealizador, Antônio Lobo.

É possível notar através de Lobo e Moraes momento de efervescência no contexto literário maranhense. Prova disso é a fundação da Oficina dos Novos, em 1900, e a fundação da Academia Maranhense de Letras, em 1908, ambas encabeçadas pela vontade de Antônio Leal Lobo em recriar uma renascença literária que ficou “conhecida como *Novos-Atenienses*-denominação oficializada como título de uma obra de Antonio Lobo, intelectual e um dos expoentes dessa geração, publicada em 1909” (ARAÚJO, 2011, p. 18).

⁶ Josué Montello (1917-2006) foi o quarto ocupante da cadeira de nº 29 da academia Brasileira de Letras onde também chegou a ocupar a presidência, eleito em 1954, tendo uma das suas principais obra *Os tambores de São Luís*, escrita em 1972 e 1974 e publicada em 1975. Iniciou estudos e carreira literária na capital maranhense, mas foi morar no Rio de Janeiro no fim de 1936, onde foi diretor geral da Biblioteca Nacional e também direção do Serviço Nacional de Teatro. No ano de 1954 até 1990 ele foi colaborador permanente do *Jornal do Brasil*, onde mantinha coluna semanal (Academia Brasileira de Letras, 2018).

⁷ No prefácio do romance *Vencidos e degenerados*, Nascimento Moraes afirma que o livro era obra da sua infância. Consta no volume o depoimento de um dos filhos do dono da editora, que publicou a primeira edição do livro que ele foi levado a publicação dois anos antes, ou seja, em 1913, mas, por conta da penúria da época, a mesma demorou dois anos para efetivar. Tendo sua primeira edição vindo ao público em 1915, a obra foi reeditada três vezes: nos anos de 1968, 1982 e 2000” (BRAS, 2014, p.10). Das quatro publicações do livro, manteve contato apenas com a segunda e a última e pude perceber um acréscimo de informações no prefacio que inclusive foi utilizado nesse trabalho com o intuito de elucidar as memórias sobre o autor. “*Vencidos e Degenerados* surge no cenário literário maranhense, ao que parece, como uma reclamação. Sua narrativa oscila, de maneira vigorosa, nas duas direções que envolvem o ato de reclamar: a queixa e a reivindicação” (ARAÚJO, 2011, p. 15).

Esse período foi também marcado por um contexto de instabilidade econômica e política no Maranhão, tachado pelo fim da Escravidão (1888) e o início do Período republicano (1889), em um Estado que fazia das práticas coloniais seu subsídio para preexistir; neste sentido há a crise do principal produto econômico voltado para agro-exportação, o algodão, alimentado pelo sistema escravista que vigorava no Brasil.

Nessa perspectiva, os “novos atenienses” produziram no Maranhão uma literatura que se veiculava e representava muitos fatos históricos de sua época, buscando esse efeito de ‘realidade’. Em geral, suas obras apresentam principalmente a condição de intelectuais na sociedade maranhense de princípios do século XX, quase sempre os representando, seja por meio de personagens, narradores ou euspoéticos, como homens sofridos, decadentes e pessimistas diante da sociedade em que viviam (CARDOSO, 2013, p. 13).

Nessa conjuntura é possível perceber um crescimento nas produções de Nascimento Moraes, além das duas já citadas ele escreveu “*Neurose do Medo* (1923), publicada pelo próprio autor, composta de artigos onde eram feitas ferrenhas críticas ao então governador Raul Machado; e contos de Valério Santiago (1989), obra póstuma por Moraes Filho” (BRAS, 2014, p. 26) sendo referente a contos escritos no jornal de 1940, pela revista *Athenas*.

Nascimento Moraes nem sempre andou ao lado do idealizador desse novo Maranhão composto por grandes nomes de intelectuais, o qual se enriquecia culturalmente, mas que também era palco de desigualdade e reflexo de um recém-país emancipado sobre severas mudanças sociais, também criticados na literatura dele. É certo que essas desavenças fizeram com que Moraes saísse definitivamente da Oficina dos Novos, e fundado a *Renascença Literária*. Segundo Helayne Chavier, os motivos para o rompimento foi:

A tentativa de Antonio Lobo e seus pares desejarem dominar o campo intelectual maranhense, lugar onde homens de cor, como era o caso de Nascimento Moraes, não seriam bem-vindos. Nascimento Moraes acusa Antonio lobo de uma perseguição contra a sua pessoa motivado principalmente pelo preconceito racial (BRAS, 2014, p. 26).

Seria no mínimo presunçoso afirmar que o principal motivador das desavenças entre ambos os intelectuais ter-se-iam dado por conta de uma implicância de Lobo a Moraes a respeito da cor, sendo que além do campo literário ambos tiveram destaque e protagonismo enquanto carreira profissional, e também não cabe aqui buscar motivos para responder a tal questão, mas compreender que tais disputas aconteceram e que foram determinantes nas mudanças de rumos a serem seguidos no que tange pensamentos e caminhos traçados na vida

de Moraes.

A partir daí começa, então uma acirrada “contenda” nas páginas dos jornais. Enquanto Lobo e seus pares escreviam e o atacavam pelas ‘indictorias’ dos jornais Pacotilha e do Diário de São Luís, nosso jornalista respondia através das páginas do Correio da tarde. A princípio, as críticas feitas por Moraes são sobre os equívocos gramaticais de seus opositores em suas respectivas obras jornalísticas (ARAÚJO, 2011, p. 46).

As críticas às normas gramaticais eram apenas um dos pontos de inquietações de Moraes, a agitação por espaços no contexto literário era também eminente, a ponto de existir certo esquecimento dele por parte do seu opositor nas referendadas páginas da sua principal obra, *Os Novos Atenienses*⁸, o que não chegou a desacreditar a carreira de Nascimento, que continuou a seguir caminhos de destaques nas Letras. Pelo contrário, essa disputa política literária deu mais visibilidade para ambos, em suas trajetórias, a ponto de hoje serem tidos como dois expoentes máximos nessa renovação das letras maranhense, do início do século XX.

Nascimento Moraes continuou a seguir carreira nos jornais maranhenses, onde presenciou as mudanças desse meio de comunicação e nele permaneceu, adaptando-se, não deixando de noticiar as mazelas da sociedade maranhense e, tão pouco, deixou de ser oposição política às indiferenças dos governantes daquela época. Neiva Moreira situa Moraes e a imprensa maranhense:

Atravessou ele uma fase de nítida transformação na imprensa, mesmo em Estados distantes, como o nosso, de novas técnicas de informação e um equipamento de mecânica de muito maior eficiência gráfica. Pode-se dizer que depois de certa fase, Nascimento viu nascer o jornalismo baseado no fato, na notícia, na informação rápida e objetiva. [...] Nesse campo, Nascimento foi inexcedível e alguns fatos da política e da vida maranhense ficaria muito aquém como notícia, não fosse o ângulo que sua poderosa inteligência iria iluminar, no quadro muitas vezes banal do partidarismo provinciano ou a mediocridade de episódios que sua pena privilegiada fixava para a história” (MOREIRA, 1958).

Esteve prolongados anos nesse ramo “dos seus quase oitenta anos de existência, mais de cinquenta foram dedicados ao labor jornalístico” (ARAÚJO, 2011, p. 15),

⁸ “Nascimento Moraes afirma ter sido o primeiro presidente da *Oficina dos Novos*, informação que, segundo ele foi deturpada por Lobo em seu livro a registrar que o primeiro foi Francisco Serra. E sua preocupação é significativa na medida, que no decorrer dos anos, a obra de Lobo tem realmente servido de fonte referencial sobre o tema” (Araujo, 2011, p. 51). Atualmente o tema dispõe das mais variadas fontes de registros e abordá-lo em torno somente da obra de Leal Lobo, mesmo que indiscutivelmente deverá ser consultada, levaria uma análise rasa do tema e deixaria muitos vazios, portando a preocupação que se valeu para além da visibilidade de ambos enquanto ativos, foram os esforços de trazer a tona novamente esses personagens como ocorrera com Nascimento Moraes e as 4 publicações de sua obra, o fazendo vivo nos dias de hoje, assim com suas “materializações”, cabendo análise posterior.

acumulando ao seu trabalho como educador, que por via de fato estava presente em toda sua trajetória tanto com ações diretas ou como denunciante nos jornais. O caminho das Letras também não ficara esquecido ou tão pouco em menor plano.

Já em meados dos anos de 1949, Nascimento faria parte da Academia Maranhense de Letras (AML), como aponta Adriana Araújo (2011), também na mesma época acumulara cargo de redator na revista *Athenas* e chefe da Imprensa Oficial do Estado e colaborações em outros jornais. Nota-se aqui que o acúmulo de funções e consagração enquanto emérito na AML demonstra certa notoriedade social e reconhecimento, entendendo um crescimento demasiado importante em sua carreira⁹.

Como já referido, o professor e jornalista manteve-se vivo até hoje, pelo fato de ter sido consagrado nas Letras e estar presente no *hall* dos intelectuais do século XX dividindo espaço com nomes que “entre seus expoentes mais significativos figuram João Lisboa (1812-1863), Gonçalves Dias (1823-1864), Odorico Mendes (1799-1864) e Sotero dos Reis (1800-1871)” (BRAS, 2014, p. 25) sendo ambos pertencentes também à Academia Maranhense de Letras. Dessa a forma, a AML tornou-se um espaço de manutenção da memória de Nascimento Moraes e os demais, acumulando status de notabilidade entendendo que a mesma é um espaço de disputas por poder e visibilidade.

Além disso, é possível perceber seu nome vinculado a espaços públicos atualmente, ou seja, a construção da memória de José Nascimento Moraes não é obra acabada, e ao longo do tempo ele vem sendo revivido em determinados momentos ímpares da História. É possível perceber então, uma materialização em torno do seu nome em detrimento de uma tentativa de torna-lo patrimônio intelectual e cultural da cidade de São Luís, lapidado minuciosamente por grupos de interesses.

Em reedição do livro *Vencidos e Degenerados*, José Sarney deixou suas ponderações sobre a obra, mas também ficou claro seu posicionamento, enquanto imagem que se projeta sobre Moraes e que é aceita nos “bancos públicos”, o do homem que, para além de personalidade ilustre e vigorosa, é o papel de usá-lo para resgate de questões particulares do passado. Ele expressa opinião, em suas próprias palavras “resgatamos agora uma antiga

⁹ “Nascimento Moraes ingressou na Academia Maranhense de Letras- AML em maio de 1949, ocupando a cadeira de nº 11 pertencente a João Francisco Lisboa. A diretoria dessa instituição, nesse tempo era assim composta: Presidente Clodoaldo Cardoso, 1º secretário, Nascimento Moraes, 2º secretário, Mario Meireles, tesoureiro, Manuel sobrinho e bibliotecário Côrrea da Silva” (GOMES, 2015, p. 100). Helayne Xavier Bras, afirma que ele foi admitido no ano de 1935, e que também chegou ocupar a presidência da AML por três vezes, nos anos de 1941, 1946 e 1847 (BRAS, 2014, p. 27). De todo modo, se levarmos em consideração o ano de fundação da casa (1908), Moraes aparece como em lugar de prestígio nela de maneira tardia, não sendo possível precisar o motivo de tal demora.

dívida com a memória de Nascimento Moraes, mas prestamos, sobre tudo, um serviço inestimável a inteligência do Maranhão, trazendo para nossos dias uma obra que, por suas virtualidades, tão bem a representa” (SARNEY, 2000).

É possível perceber algumas tentativas de resgates da história pessoal do personagem por certa “materialização” do nome em detrimento da manutenção da sua memória, o revivendo em espaços e vida social ludovicense. Assim, nota-se a inscrição simbólica seu do nome em vias públicas, escola e praça, ou seja, espaços públicos de São Luís, que dessa forma também podem ser percebidos como lugares de memória e ressignificação, nesse caso da trajetória de Moraes, sendo esses lugares uma reunião de referências de impressão sobre do personagem.

Em exemplo do parágrafo anterior são as ruas que levam seu nome com Rua Professor Nascimento Moraes, localizada no bairro Sá Viana, com CEP (65080-330); a Rua Nascimento de Moraes localizada no bairro São Francisco, com CEP (65076-320); e a Rua Professor Nascimento Moraes localizada no Bairro de Fátima, com CEP (65031-450). Além de uma escola com nome José do Nascimento Moraes, localizada no bairro Vinhais, CEP (65071-020)¹⁰.

Também existe em uma das principais praças da cidade de São Luís, conhecida como PANTHEON¹¹, um busto em sua homenagem, onde está escrita também uma frase “Eu sou um Lutador”, provavelmente uma tentativa de resgatar as dificuldades travadas por Nascimento Moraes ao longo da vida em caminhos onde comumente homens como ele não costumavam ter êxito, tanto por sua origem não oriunda da elite maranhense, quanto das

¹⁰ Houve um esforço durante a pesquisa em localizar e tenta compreender o motivo pelo qual foi dado nome as ruas em aparente homenagem ao personagem, mas sem sucesso, entretanto não deixando de ser valido cita-las entendendo que as mesmas fazem parte de um esforço de manter viva a memória de Moraes, ao que percebe enquanto professor. Quanto à escola, houve várias tentativas de encontrar o diretor responsável pelo espaço e não tive êxito, ao solicitar o Histórico da Escola para um funcionário descobri que o original havia sido perdido e apenas tive contato com algumas informações em um documento semelhante ao histórico, mas bem resumido. Nesse documento constava data de fundação da escola (1979), mesmo ano de inauguração do bairro, inicialmente a escola se chamava Escola do Vinhais e só um ano depois foi mudado e dado o nome Unidade Intrigada José do Nascimento Moraes. Nesse documento também consta uma pequena biografia em poucos parágrafos que atribui ao personagem uma vida dedica as letras e cita algumas de suas obras e pseudônimos possivelmente utilizados por ele, além de uma citação da frase contida em seu busto “eu sou um lutador”.

¹¹ Segundo Euges Lima, historiador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico, de acordo com o Jornal Pacotilha de março de 1954 a denominação da praça e ideia de atribuir nela os bustos dos personagens da vida intelectual maranhense foi uma iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) frente à Câmara dos Vereadores de São Luís e que obteve parecer favorável. A praça foi construída aos poucos por incentivo de grupos específicos como IHGM e AML, também por familiares das personalidades ali presentes que se esforçavam para trazer notoriedade aos nomes. “Os primeiros bustos a serem inaugurados , foram os de Artur Azevedo (1954), Raimundo Correia (1954), este de iniciativa do IHGM, cujo o pedestal foi patrocinado pelo Dr. Odilon Soares. Seguido pelos bustos de Dunshee de Abranches (1858), e Nascimento de Moraes, inaugurado em 1959, por iniciativa da AML” (LIMA, 2018).

relações no tocante a sua cor, entendendo as dificuldades dos negros naquele momento onde a advento da República os excluía do projeto nacional.

O próprio nome sugestivo da praça que deriva da Grécia Antiga e significa “comum a todos os deuses”. De acordo com a etimologia da palavra, no sentido de templo, traz à tona a ideia central daquele local, que hoje passa por uma reforma, a de homenagear e perpetuar a memória de intelectuais, escritores e artistas, destacando-os na vida cultural do Estado. Tendo em voga que as pessoas ali representadas tiveram participação direta na vida sociocultural maranhense e deixaram um legado para ser estudado por gerações posteriores para compreensão de um tempo do Maranhão.

Vale ressaltar que em seis de outubro de 2007 a Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH), por meio de contrato de comodato, cedeu a guarda dos bustos ao Estado do Maranhão, e estes são realocados no Museu Histórico e Artístico. Os possíveis motivos para mudança de guarda e local foram as condições de vulnerabilidade a furtos e vandalismos. Os bustos só voltaram à praça, no final de 2018, após passarem por restauração.

Perseguindo o nome Nascimento Moraes através na materialidade do mesmo em partes públicas e espaços de saber, pode-se chegar à conclusão de que os esforços para construção da imagem de Moraes não divergiram, pelo contrário; foram singulares e sempre caminharam no mesmo sentido: o do homem valoroso que se destacou por ter lutado contra um sistema sócio-político e que se destacou enquanto carreira profissional. Contudo, esses esforços de torná-lo presente como exemplo de vida para sociedade do presente parecem não surtir tanto efeito, pois ainda julga-se pouco conhecido pela sua história, a não ser por uma de suas produções que parece ter vingado pelo menos no campo das Letras e acadêmicos, a obra já citada, *Vencidos e Degenerados*.

3 A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: do Império a República

3.1 A Educação no Brasil Imperial

No capítulo anterior vimos o esforço para que houvesse um reconhecimento do biografado enquanto uma figura pública que se tornou notória com o passar dos anos em vários espaços do campo intelectual. Dentre as variadas temáticas em que Nascimento Moraes esteve inserido, no entanto, teremos um olhar especial a uma temática em específico nesse capítulo: a estruturação da Educação brasileira.

Entendendo que a trajetória do mesmo nesse campo foi significativa, no que toca a sua atuação como defensor de melhorias para Ensino amplo e público, como meio para o desenvolvimento dos parâmetros sociais no Brasil atuando como professor da instrução pública e também sendo crítico em outros espaços, por exemplo, na área jornalística que será abordada no capítulo três.

Ao tratar o tema Educação nesse aspecto é necessário reportar ao período Imperial no Brasil, compreendendo que foi a partir desse momento possível pensar sobre a gênese do processo da institucionalização do ensino público, principalmente na segunda metade do século onde se intensificam os debates sobre as possibilidades de mudanças institucionais e pedagógicas da instrução pública.

Sobre a administração da recém-chegada Corte Portuguesa percebe-se que quase não houve alterações no modelo já vigente de ensino durante o período Joanino. Dessa forma foi seguido o modelo da educação colonial de acordo com parâmetros da Reforma Pombalina¹² mantendo-se as aulas régias já existentes. “De modo geral, podemos dizer que no século XIX, ainda não havia uma política de educação sistemática e planejada. As mudanças tendiam a resolver problemas imediatos, sem encara-los como um todo” (ARANHA, 2006, p. 221).

No tocante à administração da Coroa Portuguesa, no que diz respeito às primeiras mudanças quanto ao ensino já no período Joanino, Piletti aponta em direção à qualificação das elites mandatárias do país como projeto prioritário, e conclui:

¹² O objetivo superior da reforma pombalina dos estudos menores foi criar a escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizarem a escola que, antes de servir os interesses da fé, servissem os imperativos da Coroa (PILETTI, 2000, p. 36).

Ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior (PILETTI, 2000, p. 41).

Portanto, a Corte tratou de responder às necessidades da uma elite, em sua maioria agrária. Desta forma foram criadas escolas principalmente voltadas ao nível superior. Concomitantemente houve a uma valorização cultural reforçando os interesses da elite que se reorganizava aos moldes do novo regime, o Império, sendo ela a grande mandatária da política nacional e por sua vez dos rumos da nova Educação.

Nesse momento foi criada a Biblioteca Nacional (1810), o Museu Real (1818), ampliação das formações superiores através da Academia Real da Marinha (1808) e Academia Real Militar (1810) e a crescente das faculdades de Direito e Medicina, assim reforçando o compromisso da Coroa com a Aristocracia que se beneficiava das reformas educacionais e culturais, em contrapartida a grande parcela da população ficou à mercê dos projetos nacionais propostos por esse grupo.

As mudanças educacionais vistas como um projeto público amplo que viesse a atender a população de modo geral só começou a ser debatida com mais ênfase pelo Estado após a Independência, já se tornando pauta em discussão durante a Assembleia Constituinte em 1923¹³. Porém, não é plausível pensar em uma conquista significativa haja vista que o principal projeto constitucional (1823) para a Educação nunca entrou em vigor, e o projeto seguinte quase nada manteve do inicial.

O passo dado em direção ao ensino público amplo, em 1823, se estabeleceu na Constituição do ano seguinte onde ficou prevista a seguridade do ensino primário gratuito pelo Estado que foi visto como um avanço em direção uma ensino democrático e liberal onde cidadãos mantinham direitos iguais, no entanto outras mudanças significativas só vieram a ocorrer após três anos, como destaca Tirsia Regazzini Peres:

¹³ “De acordo com o projeto constitucional de 1823, para os brancos ou supostamente brancos haveria educação escolar formal, conforme o disposto no Art. 250. Para os índios, haveria catequese e civilização e, para os negros, emancipados lentamente, haveria educação religiosa e industrial, nos termos do Art. 254” (PERES, 2005, p. 4). Devido à dissolução da Constituinte em 12 de novembro de 1823 o projeto para instrução pública acabou sendo anulado, logo todo o esforço para um ensino ligeiramente amplo mesmo que segregado por distinção tendenciosa de grupos sociais, abriu margem para um longo debate sobre educação no Brasil por parte do Estado.

Ainda em 1826, na tentativa de realizar algo mais amplo do que o previsto na Carta de 1824, a Comissão de Instrução Pública da Assembleia Legislativa cuidou da elaboração de um plano integral de ensino público. Geralmente considerado de autoria do deputado cônego Januário da Cunha Barbosa, esse plano abrangia todos os graus escolares e todos os aspectos de sua organização e administração. Nesse projeto de 1826, a educação nacional seria estruturada como um conjunto articulado de escolas, envolvendo estes quatro graus: *pedagogias, liceus, ginásios e academias*, sendo que o ensino dos liceus poderia, em vez de se articular com o dos ginásios, ser apenas prolongado em *escolas subsidiárias* (PERES, 2005, p. 5).

O projeto ambicioso de Cunha Barbosa não chegou a entrar em vigor; por sua vez, no ano seguinte (1827), outro projeto voltado para as primeiras letras foi aprovado e esse parecia se pautar no antigo projeto pensado por Barbosa no que se referiam as escolas elementares e o método de ensino.

Determinava essa lei que: em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos deveriam existir, desde que necessárias *escolas de primeiras letras*; além das escolas para meninos, deveriam existir também escolas para meninas; os professores fossem vitalícios, ingressando no magistério por concurso público (PERES, 2005, p. 6).

A metodologia de ensino abordada nessas novas escolas tinha como base o modelo Inglês de instrução para crianças pobres, pensado por Bell (1753-1832) e Lancaster (1778-1832) e conhecido como ensino mútuo ou sistema monitorial.

“O sistema consistia em reunir um grande número de alunos em um galpão - Lancaster chegou a reunir mil – e agrupá-los de acordo com seu entendimento de leitura, ortografia e aritmética” (ARANHA, 2006, p. 203). Também ficava a cargo dos professores instruírem os mais adiantados para que esses pudessem ensinar os menos qualificados fazendo assim uma rede de ensino mútuo.

Na teoria o ensino mútuo tendia a funcionar, mas não ocorreu na prática devido a vários agravantes financeiros, políticos e estruturais que fizeram com que esse modelo chegasse quase a ser extinto nas décadas seguintes.

Dessa maneira distanciando ainda mais a elite da parte mais pobre da população que não tinha condições de manter o ensino elementar privado aonde professores particulares iam até as casas dos mais abastados lecionar, e, por sua vez, aumentando as desigualdades.

Segundo Maria Lúcia de Arruda Aranha, o fracasso desse sistema *lancasteriano* teve algumas causas para que chegasse ao fim e, conseqüentemente, nos aponta para uma educação de baixa qualidade do ensino público da época. Assim ela aponta:

O fracasso da experiência deveu-se a várias causas. A necessidade de salas bem amplas para abrigar grande número de alunos certamente não foi contemplada, porque os prédios usados, sempre de improviso, não eram apropriados. Faltava ainda material adequado, tais como bancos, quadros, fichas, sinetas, compêndios e etc. Apesar de terem sido criadas escolas normais em vários estados para a instrução do método mútuo, os professores, além de descontentes com a remuneração, nem sempre estavam bem preparados. (ARANHA, 2006 p. 223)

“O governo central, com os encargos decorrentes de uma centralização excessiva, mostrava-se incapaz de cuidar da educação popular e de organizar toda a instrução pública” (PERES, 2005, p. 7). Era questão de tempo para que o sistema de ensino popular falisse e a alternativa proposta pelo governo central foi a descentralização do ensino primário e secundário deixando a cargo da administração das províncias, assim ocorreu através do Ato adicional à Constituição em 1834¹⁴.

“A descentralização impedia a unidade orgânica do sistema educacional, com o agravante de deixar o ensino elementar para incipiente iniciativa das províncias com suas múltiplas e precárias orientações” (ARANHA, 2006 p. 224). O resultado não poderia ser outro, senão a precarização do ensino básico devido à falta de recursos provinciais levando incapacidade de organização do ensino e acarretando o aumento das desigualdades nas províncias.

A reorganização do ensino só voltou a acontecer com “as primeiras medidas de organização administrativa da instrução pública e o início de um processo de uniformização do ensino vieram com as reformas realizadas pelo Ministro Couto Ferraz, a partir de 1854” (PERES, 2005, p.10).

De acordo com Tirsia Regazzine, as reformas foram estabelecidas através do Decreto de numero 1.331A, de 17 de fevereiro de 1854, pensado pelo Ministro do Império do Gabinete do Paraná, Luiz Pereira Couto Ferraz. Ficava então prevista a regulamentação da instrução primária e secundária no Município da Corte (PERES, 2005, p. 11).

Junto ao decreto de 1854, foi criada a Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte que estava diretamente ligada ao Ministério do Império responsável pela fiscalização e orientação do ensino secundário e médio na Capital da Corte.

¹⁴ Destaca-se o Ato Adicional de 1834 (Lei 12/08/ 1834, art. 10§ 2º) que conferiu às Províncias o direito de legislar sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, excluindo, porém, de sua competência as Faculdades de Medicina e Direito e as Academias então existentes e outros quaisquer estabelecimentos que, no futuro, fossem criados por lei geral (BRASIL, 1834).

Devido à repercussão das decisões tomadas na Capital, outras províncias tomaram o tema como pauta nas Assembleias. E entre os representantes legais do Estado as ideias circuladas as tornavam-se modelo para o ensino de varias cidades no Brasil nos anos seguintes.

O ensino com base no decreto e órgãos reguladores acima citados ficou dividido em dois níveis, como aponta Nelson Pilletti:

Em 1854, o ensino primário foi dividido em elementar e superior. No elementar ensinava-se instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções essenciais de gramática, princípios elementares de aritmética e o sistema de pesos e medidas; no superior poderiam incluir-se dez disciplinas, desdobradas no ensino elementar. (PILETTI, 2000, p. 43)

Já quanto à divisão administrativa e estruturação do ensino também foi previsto uma preparação sistemática para os professores e normas para a prática educacional que segundo Tirsia Regazzine Peres ficou regido da seguinte forma:

A administração geral do ensino primário e secundário na Corte, de acordo com o regulamento de 1854, seria regida por um Inspetor Geral, com a colaboração do Conselho Diretor, composto de sete membros e de Delegados de distrito. Medidas rigorosas foram estabelecidas para o exercício do magistério público e particular. O ensino particular só poderia exercer-se com prévia autorização do Inspetor Geral, proibida a coeducação, e com relatórios trimestrais dos estabelecimentos aos respectivos Delegados. Os diretores e professores dos estabelecimentos particulares ficariam igualmente obrigados a habilitar-se perante a Inspetoria da Instrução Pública, mediante a apresentação de provas de capacidade profissional e de moralidade. (PERES, 2005, p. 11)

Todo esse rigor previsto em lei para que funcionassem as escolas foi também o motivo para que muitas delas não chegassem sequer a abrir, pois não havia professores qualificados em quantidade necessária para manutenção do ensino em maior escala e as questões fiscais da realidade financeira das províncias também não eram favoráveis.

Deixado ao encargo das províncias, o ensino primário era pouco difundido, entre outras, pelas seguintes razões: orçamentos provinciais eram escassos; os escravos eram proibidos de frequentar a escola; o curso primário nem era exigido para o ingresso no secundário (PILETTI, 2000, p.43).

No que concerne às tentativas frustradas de manter o Ensino público gratuito em termos práticos, ocasionou um aumento da cisão entre a elite e as classes subalternas favorecendo a dinâmica social de um Império que se mantinha a custa de um regime escravista e de exploração humana.

Para os demais seguimentos sociais, restava a oferta de poucas escolas cuja atividade se restringia à instrução elementar: ler, escrever e contar. Segundo relatório de Liberato Barroso, apoiado em cima de dados oficiais, em 1867, apenas 10% da população em idade escolar se matriculava nas escolas primárias (ARANHA, 2006, p. 223).

Nos anos seguintes se aqueceu o debate nas assembleias e na sociedade sobre o tema Educação onde se destacavam propostas do modelo de educacional liberal que trazia consigo a ideia da liberdade de ensino. O debate era um reflexo também das tensões políticas da época que englobavam ideais abolicionistas e republicanas em oposição aos privilégios monárquicos.

Destacaram-se então as reformas do professor da faculdade de direito de São Paulo, Leôncio de Carvalho, estabelecendo novas regras para o ensino primário, secundário e superior entre 1878 e 1879. “Nessa lei, defendia liberdade de ensino, de frequência, de credo religioso, a criação e escolas normais e o fim da proibição de matriculas de escravos” (ARANHA, 2006, p.225).

Nesse contexto abriu-se espaço para pensar a laicização do ensino público, mas, embora tivesse esforços por parte dos liberais e progressistas embasados no positivismo¹⁵ europeu, ainda existiam muitos entraves e resistência para separação do ensino e a igreja, resquícios do ensino colonial que ao poucos foi se modificando.

“Muito pouco, todavia, do que constou do Decreto de 1879, foi executado. Com referência ao curso superior, como princípio vital da reforma, vingou o ‘ensino livre’” (PERES, 2005, p. 17). Logo foram substituídas as reformas de Leôncio pelas ideias dos pares de Rui Barbosa referente ao ensino secundário e superiores em 1882 e publicados no ano seguinte.

O elemento mais importante de toda a reforma era o *método intuitivo*, conhecido também como *lições de coisas*. Fundamentado especialmente nas ideias de Pestalozzi e Froebel, baseava-se num tratamento indutivo pelo qual o ensino deveria ir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato (PERES, 2005, p. 17).

Barbosa, ao contrário de Leôncio, discordava quanto ao método intuitivo enquanto disciplina, pois para ele as “lições das coisas” deveriam perpassar por todas as disciplinas, além de defender a escola popular como meio para mudanças e desenvolvimento social, nesse momento educação seria sinônimo de desenvolvimento dentro do campo

¹⁵ “Um dos pensadores mais relevantes de 1800 foi o positivista Auguste Comte (1798-1857), cujo lema era ‘*l’amour pour base: le progrès pour but*’ (o amor por princípio, e a ordem por base, o progresso por fim). O pensamento comtiano buscava acima de tudo a ordem, ou seja: um meio social estável, capaz de ordenar o caos gerado pelas paixões humanas. Sob essa ordem social pensava Comte, poder-se-ia, construir progresso” (CARNEIRO, 2017, p. 91).

intelectual que cada vez mais se aproximavam dos ideais europeus de educação e modernidade.

Nota-se que o debate agora não estava mais só em torno da organização estrutural do ensino, mas evoluía para questionamentos quanto à eficiência das metodologias abordadas levando-nos a compreender que havia em construção a formação do caráter pedagógico do ensino, nos últimos anos do Império.

Efetivamente, apesar do ambicioso projeto nacional de um país nascente, o Império não se revelou capaz de atender à proposta de oferecer educação a todos, ou mesmo de oferecer educação em níveis equivalentes a todos. Foram fortes demais para se superarem as contradições de um país ainda predominantemente rural e com uma parcela colossal de sua população ainda composta por escravos, gerido por uma administração que centralizava a riqueza para que cuidassem de seus problemas educacionais à sua maneira. (CANEIRO, 2017, p. 84)

3.2 A Educação Pública para a República

Com fim do período Imperial a história da Educação pública deixava o legado da semente semeada e cultivada em torno dos debates e esforços para que na prática o Ensino público se tornasse uma alternativa viável para o desenvolvimento social brasileiro. Sem demora, o início do período republicano representaria a esperança que esse projeto político viesse a funcionar efetivamente.

As possíveis soluções para o desenvolvimento da Educação durante transição dos regimes Imperial para o Republicano aumentavam em visibilidade o tema a ponto de se tornar frequente entre os debates mais recorrentes como o do projeto de uma nova nação. Era possível compreender a importância da Educação pública como ferramenta política para programar ideais do novo regime.

É nesse contexto que se insere escolas institucionalizadas, produto do indivíduo, “civilizado”, construtora, entre outros, da ideia de uma nação brasileira. Bem verdade que não será a República a produtora da nação brasileira, nem da educação moderna brasileira, pois estes eram processos em encaminhamento. A República, em função de ser o regime do momento aproveitou-se da situação para intensificar tais processos em benefício próprio, ou seja, em prol do seu fortalecimento (SEGADILHA; PAIVA, 20017, p. 713).

Já as mudanças sociais não chegavam ao ponto de trazer equidade entre a população mais rica e os mais pobres sem acesso efetivo ao ensino que parecia ficar em um segundo plano, não tão importante quanto o primeiro. As mudanças estruturais e sociais não andavam nas mesmas proporções das ideias circuladas.

Na prática não havia resultados satisfatórias para que ocorresse um melhoramento do ensino, naturalmente devido ao curto espaço de tempo de um regime a outro. As ideias monárquicas sobre o tema ainda circulavam entre os conservadores conflitando com as concepções dos liberais gerando constantes disputas de poder.

“Fernando Azeredo nos informa que a taxa de analfabetismo no Brasil atingia em 1890 a cifra de 67,2%, herança do período imperial que a República não conseguiria reduzir senão a 60,1% até 1920” (ARANHA, 2006, p. 224). Pelo menos nos primeiros 20 anos da República a missão de levar educação ampla a ponto de capacitar a população através do ensino básico falhou haja vista que o controle do Estado continuaria sobe mando da elite, que por sua vez permaneceu defendendo seus próprios interesses.

Quanto às políticas educacionais nota-se que já nos primeiros anos da recém-República começaram com mudanças institucionais através de varias reformas, a fim de implantar no país um modelo de ensino moderno que favorecesse o sistema democrático. “O projeto político republicano visava implantar a educação escolarizada, oferecendo ensino para todos” (ARANHA, 2006, p. 289).

É verdade que o modelo de ensino ficou dividido entre dois grupos, ou seja: um ensino dualista e de segregação por classes. Uma parcela menor dos mais ricos e da classe media majoritariamente de brancos da sociedade era preparada para a educação formal e ingresso ao ensino superior, enquanto a outra parte se capacitava somente com o ensino elementar e dedicação ao trabalho técnico. Mesmo que explicitamente esse não fosse o projeto do governo central, assim se configurava na prática a sociedade brasileira.

De acordo com Maria Lúcia Arruda (ARANHA, 2006, p.289), a Constituição de 1891 descentralizava o ensino atribuindo a União à responsabilidade do ensino secundário e superior, e ficando a cargo dos estados o ensino fundamental e profissional. Assim os recursos e atenção ao ensino secundário eram maiores e centralizados em alguns estados contribuindo para formação da educação elitista.

“Nesse sentido, o Estado de São Paulo destaca-se com a reforma do ensino, com a implantação das escolas graduadas de várias salas, servindo de referência para os demais Estados do Brasil” (SILVA; SOUZA, 2011, p. 73). O Estado de São Paulo se tornou pioneiro nesse modelo de ensino criado por Caetano de Campos, em 1890, e intitulado como Escola Normal. Esse modelo serviu como parâmetro de ensino para diversos Estados onde também era conhecido como Escola Modelo em referência ao pioneirismo dos paulistas.

Nesse momento, quanto ao contexto pedagógico, o método de ensino para atingir os anseios da República precisou mudar também. Tentou-se instaurar o método intuitivo¹⁶ baseado na ideologia positivista que esteve sempre em voga nos discursos dos defensores do ensino liberal na segunda metade do século XIX, como nas reformas Leôncio de Carvalho.

Foram influenciados por países europeus que viviam sobre os avanços da industrialização e desenvolvimento científico como a Alemanha, Suíça e também na América com o exemplo dos Estados Unidos. Porém a realidade brasileira era outra, saímos gradativamente de um passado escravista, baseado na propriedade rural e a cultura do campo para a abertura da mão de obra assalariada de imigrantes, não havendo terreno compatível para a implantação do novo modelo pedagógico de educação.

Um dos principais entusiastas do método intuitivo foi o Ministro da Instrução Pública, Benjamin Constant. Ele daria início às principais reformas desse período que visavam à reformulação do ensino público para a democracia repensando assim os parâmetros curriculares e pedagógicos assim como a estruturação do espaço físico das escolas.

Nelson Piletti (2000, p. 60), em seu trabalho sobre a temática, propôs um quadro explicativo com o intuito de demonstrar de forma sucinta essas mudanças no ensino secundário, portanto facilitando o entendimento do leitor através da sistematização do conteúdo. Ele redesenhou as reformas por personagem, objetivos e período da seguinte forma:

¹⁶ “A ênfase do método está no reconhecimento de que os sentidos são a porta para todo conhecimento. Ao contrário da tradição, que valoriza o ensino discursivo, que atua por raciocínio lógico e, portanto é abstrato, busca-se começar a instrução primária educando a sensibilidade, pela qual percebemos as cores, as formas, sons, luz etc. É está que prepara e antecipa a intuição intelectual, quando então percebemos as relações (de desigualdade, casualidade etc) entre as coisas. Ou seja, rejeitando a educação livresca, a criança deveria aprender a ler o mundo visível, pela observação e percepção das relações entre fenômenos” (ARANHA, 2006, p. 232)

Quadro 1 – Objetivo do Curso Secundário (1890-1931)

REFORMA	OBJETIVOS
1. Benjamin Constant (1890)	“Proporcionar à mocidade brasileira a instrução secundária e fundamental, necessária e suficiente, assim para a matrícula nos cursos superiores da República, como em geral para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social” (Art. 1º do Decreto nº 1075, de 22-11-1890).
2. Epitácio Pessoa (1901)	“Proporcionar a cultura intelectual necessária para a matrícula nos cursos de ensino superior e para a obtenção do grau de bacharel em ciências e letras” (Decreto nº 3914, de 26-01-1901).
3. Rivadávia Correia (1911)	“Proporcionar uma cultura geral de caráter essencialmente prático, aplicável a todas as exigências da vida, e difundir o ensino das ciências e das letras, libertando-o da preocupação subalterna de curso preparatório” (Art. 1º do Decreto nº 8660, de 05-04-1911)
4. Carlos Maximiliano (1915)	“Ministrar aos estudantes sólida instrução fundamental, habilitando-os a prestar, em qualquer academia, rigoroso exame vestibular” (Art. 158 do Decreto nº 11530, de 18-03-1915)
5. João Alves (1925)	Luís “Base indispensável para a matrícula nos cursos superiores”; “Preparo fundamental e geral para a vida” (Exposição de Motivos). “Fornecer a cultura média geral no país.” (Art. 47 do Decreto nº 16782- A, de 13-01-1925)

Fonte: Piletti, (2000)

Nota-se a partir do quadro acima que a reformas tinham como prioridade o aperfeiçoamento do ensino secundário e superior; logo, a instrução secundaria tornava-se o meio para o ingresso ao ensino superior que, por sua vez, trataria da erudição intelectual do ensino elevando a sociedade ao patamar de civilidade, modernidade e progresso.

No início do século XX, a educação no Brasil assumiu um lugar importante na estrutura política vigente, seria através dela que o país passaria do estágio de estagnação (vadiagem, doenças, vícios, baixa expectativa de vida), de condições degradantes no seio social para o desenvolvimento tendo como alicerce a cultura escolar que condizeria o sucesso da República, conduzindo à nação brasileira a disciplina, a qualificação para o trabalho, o fortalecimento da economia (sistema produtivo), a fixação do homem no campo e a consolidação da nova ordem que se instituíra (SILVA; SOUZA, 2011, p. 72-73).

As reformas não foram implantadas de fato devido a questões técnicas de infraestrutura, ensejando ao fracasso o projeto da política educacional da Primeira República, pois o modelo dualista diferenciando por classe ainda vigorava, as escolas não tinham capacidade para garantir ensino amplo atrelado ao sucateamento do ensino elementar fazia com uma pequena parcela da população tivesse acesso amplo à Educação que cada vez mais se elitizava. Segundo Maria Arruda Aranha (2006, p.299), em meados de 1920, o analfabetismo cresceu significativamente chegando ao índice de 80% dos brasileiros.

O cenário brasileiro durante a década de 1920 foi marcado por diversos movimentos contestatórios como, por exemplo: a criação do Partido Comunista do Brasil (1922); A revolta tenentista dos militares descontente com o regime oligárquico republicano, desses surgira a Coluna Prestes (1924 a 1927); no âmbito da Arte os modernistas reuniram-se na Semana de Arte Moderna (1922).

Muito desses movimentos foram influenciados pela Revolução Russa (1917) principalmente no que se refere ao campo do trabalho onde o assalariado, sobretudo a mão de obra estrangeira, reivindicava direitos. Os operários precisavam de formação e as pressões mediante o governo aumentavam.

Em 1924 foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE), uma organização que serviu como instrumento de debate através de diversas conferências nacionais entre vários grupos de intelectuais para pensar a educação brasileira. Nesse sentido, a Educação começava a caminhar em novos rumos.

3.3 Educação e Política na Era Vargas (1930-1945)

Já ao fim da década de 1920 era possível perceber intelectuais alinhados em concordância com um projeto de escola voltado para o ensino amplo, embasados no conceito da Escola Nova¹⁷ fazendo frente ao contexto educacional elitista vigente. Os pensamentos tomam maior proporção em 1932 a partir da criação do Manifesto dos Pioneiros criado por um grupo de 26 intelectuais onde eles proporiem uma nova concepção educacional.

¹⁷ Proponentes da Escola Nova, uma tendência em voga na Europa e nos Estados Unidos, como Fernando de Azevedo (1894-1970) e Lourenço Filho (1897-1970), militaram em prol de uma abordagem pedagógica no Brasil. Outro pensador significativo desse movimento era Anísio Teixeira (1900-1970), que, em uma viagem aos Estados Unidos, entrou em contato com o pensador Dewey (1859-1952) (CARNEIRO, 2017, p. 97).

Um dos objetivos fundamentais expresso no Manifesto – que certamente fora redigido sob inspiração de Anísio Teixeira – era superação do caráter discriminatório e antidemocrático do ensino brasileiro, que destinava a escola profissional para os pobres, e ensino acadêmico para a elite. Ao contrário propunha a escola secundária unitária, com base comum de cultura geral a todos, e só depois, entre os 15 e 18 anos, o jovem seria encaminhado para a formação acadêmica e a profissional. (ARANHA, 2006, p. 304)

“Os anos que antecederam o Estado Novo, foram de efervescência e disputa política.” (PANDOLFI, 2003, p. 16), dessa maneira o início de o Estado Novo não podia ser diferente, uma gama de forças diversas se concentravam em torno da Aliança Liberal, por sua vez a coligação partidária da oposição que lançou a candidatura de Getúlio Vargas um ano antes a presidência demonstra inclusive divergências internas.

Por um lado se fazia opções sistemáticas ao regime, por outro os oligarcas, apenas discordavam encaminhado o posto por Washington Luís que levava Getúlio a presidência do governo provisório. Também ocorria a presença de outro grupo, os tenentes, jovens oficiais do Exército que por meados da década de 1920, tentaram, através de luta armada, derrubar o regime em vigor desde 1889, mas como já se sabe, sem muito sucesso.

Nessa conjuntura, Vargas governava então sobre decreto de lei emitido pelo congresso nacional e as assembleias estaduais e municipais foram fechadas culminando na demissão de vários governadores e revogação da Constituição de 1891.

No âmbito da educação também ocorreram mudanças significativas na estrutura do ensino brasileiro através de diversas intervenções. Manoel Nascimento (2007), interpretando Xavier (1990), as percebe divididas em 3 de expansão, dessas 3 as duas últimas são de suma importância para compreensão da educação como reflexo de um projeto de governo maior que aparentemente tinha caráter progressista em um primeiro momento(1930) e logo depois tornam-se conservador (1946). A partir dessas considerações, tornam-se claro que a Educação era objeto de intensa disputa política por projetos hegemônicos de como deve ser constituído o sistema educacional. De acordo com Nascimento (2007, p.80):

O período que inicia com a “Revolução de 30”, caracterizado como o “despertar da sociedade brasileira”, foi marcado pelas lutas ideológicas sobre as formas de condução do governo. No setor educacional, essas lutas foram travadas entre os grupos dos renovadores da educação, os “pioneiros”, na defesa da escola pública, laica, gratuita e obrigatória e os “conservadores” representados pelos educadores católicos, que defendiam a educação subordinada à doutrina religiosa (católica), diferenciada para cada sexo, o ensino particular, a responsabilidade da família quanto à educação, etc.

A Revolução de 30 demarca um avanço significativo na Educação com a criação do Ministério da Educação e Saúde*, anteriormente todas as questões referentes a pautas

educacionais eram resolvidas no Ministério da Justiça.

O primeiro Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, foi indicado ao cargo por Getúlio Vargas, para além das trocas de favores políticos, devido ao seu trabalho como Secretário da Educação em Minas Gerais. Francisco Campos se tornou uma importante figura no que diz respeito à primeira reforma educacional em 1930. Era a primeira vez na República que se pensavam nuances do ensino através de reformas que modificavam a estrutura curricular através de parâmetros comuns a nível nacional.

Quadro 2- Documentos e Parâmetros Curriculares

ANO	PROJETO
1930	Ministério da Educação e Saúde
1931	Reforma de Ensino secundário sob a diretriz do Ministro Francisco Campo
1932	Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova
1934	Fundação da Universidade de São Paulo
1935	Universidade do Distrito Federal

Fonte: Piletti (2001)

As reformas tiveram grandes impactos no Ensino superior e no chamado Ensino secundário, entretanto não reformou o sistema educacional primário já que este ficava a cargo dos Estados. A Educação básica elementar era ingressada por muito poucos, portanto comprometendo as outras etapas do ensino; nesse quesito o Governo Vargas não deu atenção ao ensino primário nesse primeiro momento, apesar dos graus de analfabetismo no Brasil fosse considerável.

Essa baixa demanda no Ensino primário se tem por conta do Brasil ser um país agrário, nesse período. Dessa maneira, o ensino secundário e superior avançavam e o Ensino primário ficava esquecido, nesse primeiro momento do governo. Segundo Palma Filho (2005, p. 3):

Cabe lembrar que a indicação de Francisco Campos para a pasta da Educação contou com forte apoio da igreja católica, a partir de uma liderança prestigiosa do catolicismo, representado pelo intelectual Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Ataíde). Desse modo, Vargas procurava atrair o apoio do clero católico. Tanto é que concordou com o fim do ensino laico, facilitando, com sua interferência, a volta do ensino religioso católico, principalmente, no ensino primário.

Nesse contexto, estavam em disputa projetos políticos educacionais entre os Escolanovistas, liderados por Fernando Azevedo e os conservadores da Igreja Católica. Os defensores da Escola Nova fizeram um manifesto que destacava a necessidade de uma educação alicerçada na gratuidade e obrigatoriedade, portanto uma educação pública a partir

de políticas públicas. Os ideais escolanovistas foram amplamente difundidos e influenciaram a Constituição de 1934. Segundo Saviani (1985, p. 14):

No entanto, o ideário escolanovista, tendo sido amplamente difundido, penetrou nas cabeças dos educadores acabando por gerar conseqüências também nas amplas redes escolares oficiais organizadas na forma tradicional. Cumpre assinalar que tais conseqüências foram mais negativas que positivas uma vez que, provocando o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos, acabou por rebaixar o nível do ensino destinado às camadas populares as quais muito freqüentemente têm na escola o único meio de acesso ao conhecimento. Em contrapartida, a “Escola Nova” aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites.

Portanto, a Constituição de 1934, no que tange à Educação, se mostrou como uma vitória dos ideais Escolanovistas, visto que em muitos dos artigos, no tocante à Educação estão de acordo com pautas dessa visão renovadora de escola pública gratuita, obrigatória, coeducação dos sexos com o Estado fiscalizando as instituições de ensinos.

Em 1937, ou seja, na vigência do Estado Novo, sob a ditadura de Getúlio Vargas, surgiu uma nova Constituição outorgada por Getúlio Vargas, a partir de um Golpe de Estado, com a premissa do perigo comunista e cria-se um estado corporativista, pautado no ideal totalitário.

No tocante à Educação, o cenário mudou completamente, se comparado à Constituição de 1934. As exigências de um plano nacional unificado para a Educação foram deixadas de lado e passou-se a investir na produção de trabalhadores manuais, sendo obrigação do Estado apenas à oferta do ensino primário. Aquilo que na Constituição de 1934 era um dever do Estado passou na Constituição de 1937 a uma ação meramente supletiva. (ROMANELLI, 1999, p. 153)

Diante dessa situação educacional, onde de um lado se tinha um Estado que focava no investimento de profissionalização das camadas populares, por outro lado ainda o ingresso considerável das elites no ensino superior, formando uma elite intelectual; portanto, com o Estado Novo, se via uma cisão entre uma atuação letrada das classes ricas e o trabalho braçal focando o ensino profissional das classes abastadas.

Como consequência, ocorreu a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) a partir das Leis Orgânicas do Estado com foco no ensino profissionalizante e Segundo Nascimento (2007), os cursos de formação profissional (normal, agro técnico, comercial, técnico e industrial) não davam acesso ao nível superior.

Dito isto, é perceptível em concordância com Paulo Freire (2001), que a Educação não é neutra, ou seja: ela é carregada de planos ideológicos de acordo com os ditames políticos que a permeiam; portanto, faz-se necessário reafirmar que a Educação é uma escolha política. Então, existe uma relação muito forte entre Política e Educação. Perceptível quando analisado os conflitos e influências políticas que nortearam a educação durante a Era Vargas (1930 a 1945).

3 NASCIMENTO MORAES E A EDUCAÇÃO

3.1 A instrução pública Maranhense: da infância ao labor

No Maranhão, por volta da segunda metade do século XIX, o contexto da educação não se via desconexo da realidade a nacional. Nesse cenário o ensino elitista vigorava na mesma proporção em que as desigualdades sociais se faziam presentes na província. Eram privilegiados os filhos dos mais abastados que podiam financiar o ensino ou ir para a Europa estudar nos cursos de níveis superiores.

Importante lembrar que, nesse momento, o ensino elementar ficava sob responsabilidade administrativa das províncias, e somente havia centralização do ensino superior. No tocante ao âmbito maranhense, nota-se que há uma preocupação eminente nos discursos dos representantes provinciais no que se fere a criação de escolas e o ensino para os mais pobres.

Os presidentes da Província reconheciam em seus relatórios e falas oficiais o precário estado de instrução pública no Maranhão, sendo necessárias medidas urgentes para reorganizá-la e difundi-la pela província, atingindo um maior número de alunos, especialmente das classes menos favorecida, pois entendiam que a educação era responsável pela elevação moral e progresso de um país, e com isso evitaria que população continuasse “na ignorância e nos vícios” decorrentes de uma falta de instrução. (ABRANTES, 2014, p. 78)

Observa-se, através dos discursos propagados, que havia o interesse em capacitar o povo através da educação profissionalizante. Porém não passou de políticas com intuito de atingir a atenção da grande parcela da população livre que era composta pelos mais pobres. “O Maranhão, no período de 1823 a 1889, possuiu um total de 92 governantes, entre eles presidentes e vice-presidentes” (SEGADILHA; PAIVA, 2017, p. 716). Um número bastante expressivo de mudanças nos cargos principais da província, o que talvez tenha interferido na criação de escolas normais e avanços na educação durante o Império.

Algumas medidas foram tomadas durante o Império em prol da Educação na província como a criação da Inspetoria de Instrução Pública em 1940 que tinha como principal função fazer a fiscalização das escolas e dos mestres. Foi outorgada a Lei nº 105, de 1841, que, através da Casa dos Educandos Artífices, proporcionava aos mais pobres uma educação com viés moralizador e dedicação ao trabalho; em 1859 é criada a Escola Prática de Agricultura voltada para o ensino profissional (ABRANTES, 2014, p. 86-88).

Compreende-se que havia uma eminente tentativa de capacitar a população mais pobre para o trabalho técnico ao passo que o ingresso no ensino secundário e superior ficava cada vez mais restrito as elites que compunham também a ala intelectual da época, configurando assim um ensino dualista e com um caráter político de interesses da minoria aristocrática.

Contudo, tomando-se o contexto da época em consideração, em um Maranhão imerso no regime escravista, o trabalho técnico era visto como uma característica ruim, ao se misturar com a ideia de serviço escravo; logo, as tentativas do ensino técnico geralmente voltado para a agricultura não foi bem aceito pelos homens e mulheres livres, porém não restando também muitas opções que não fosse essa qualificação ou a informalização do ensino.

Essa qualificação profissional recaía então sobre a clientela das camadas sociais livres desfavorecidas, como meio de integra-los a sociedade de maneira útil, garantindo a mão-de-obra especializada em tarefas que requeriam não só conhecimento prático como teórico, intermediando assim as atividades meramente braçais dos escravos e aquelas altamente intelectuais das profissões liberais exercidas pelas elites (ABRANTES, 2014, p. 86)

O Maranhão era mais uma das províncias que lutava sem incentivo do governo central para mudar de realidade no fim do período imperial brasileiro. Os problemas educacionais se agravavam, altas taxas de analfabetismo, a sociedade era, sobretudo, rural e o ideal de desenvolvimento em prol de um país moderno permeava somente nos discursos dos seus defensores, os mesmo que lutavam por uma educação ampla, pública e gratuita.

Em 1877, já chegando ao fim do regime vigente, a instrução primária no Maranhão quanto às escolas públicas, nos aponta para uma instituição ainda com preceitos religiosos o que, para o tempo vivido, estava cada vez mais sendo questionado, pois as pautas, principalmente progressistas, ganhavam força e forma buscavam a separação da Igreja e o Estado, e um ensino laico. Acordo com Elizabeth Sousa ensino primário ficou dividido da seguinte forma:

As escolas públicas elementares se dividiam em escola de 1º grau que lecionava leitura, escrita, as quatro operações fundamentais de aritmética sobre números inteiros, quebrados e decimais, sistema métrico de decimal, noções gerais de gramática portuguesa, catecismo e noções de história sagrada; as escolas de segundo grau compreendendo além das matérias acima mencionadas, o desenvolvimento da aritmética em suas, operações práticas até proporções, gramática geral e análise dos clássicos, geografia história do Brasil e história sagrada do Brasil. (ABRANTES, 2014, p. 89)

As nuances de uma educação frágil e defasada era reflexo de um regime que tinha como preocupação maior a manutenção das elites. Esse ambiente de desigualdades com

poucas oportunidades começava a mudar, os debates e discursões sobre os rumos que o país tomara ganhava força na política com os movimentos republicanos no Maranhão, em um clima de instabilidade e muitas disputas. Os ideais progressistas tinham cada vez repercussões nos jornais da época, a Educação via-se enquanto reflexo desse alvoreço pré-independência.

No dia 19 de março 1882, anos antes do fim da escravidão (1888) e proclamação da República (1889) nascia o filho do senhor Manoel e da preta Liberta Catarina, o nosso biografado José Nascimento Moraes¹⁸. Onde ele passou toda sua infância e teve instrução, na cidade de São Luís. Vivenciara então as mudanças das últimas duas décadas do século XIX, que ao que parece pelos seus escritos, marcou sua memória.

Sobre a sua vida na infância no âmbito social sabe-se muito pouco sobre Nascimento Moraes devido às dificuldades no encaixe das fontes. Portanto é incapaz de estabelecer alguma conduta consistente do mesmo durante esse período. Dessa forma o caminho percorrido aqui é a respeito da sua formação estudantil e profissional onde é possível encontrar vestígios da sua vida nesse âmbito.

Segundo Elisângela Gomes (2015, p. 69), Nascimento deu início ao ensino primário no Colégio do professor Domingos Afonso Machado, porém não se sabe em qual idade ingressou. Contudo, ele era visto com um aluno estudioso que gostava da leitura e o interesse por aprender.

Nesse momento cumpre lembrar que as escolas não faziam distinção entre alunos negros ou brancos para seu ingresso, mas é sabido que, socialmente, os descendentes de cativo tinham maiores dificuldades financeiras. Logo de continuidade do ensino já que muitos precisavam trabalhar para ajudar no sustento da família, o que não foi caso de Moraes.

Seria José Nascimento Moraes um negro privilegiado pela oportunidade do ensino? Senão privilégio ao menos oportunista das suas próprias circunstâncias que o favoreceu. De acordo com Mariléia dos Santos (CRUZ, 2016, p. 5), o biografado teria tido a ajuda dos seus pais que fomentaram os custos da sua educação, o senhor Manoel nesse momento exercia a função de vigilante do Tesouro Estadual, daí a possível fonte de renda da família.

¹⁸ Durante as pesquisas sobre o biografado não encontrei nenhum documento referente à sua certidão de nascimento ou semelhante. Também não obtive nos jornais consultados nenhuma menção em relação a sua data de nascimento como era comum ser anunciado, talvez devido à origem humilde dos seus pais e da pouca visibilidade que tinham. No entanto, durante as consultas no Arquivo Público do Maranhão ao Inventário de Moraes foi possível encontrar alguns documentos pessoais do mesmo e de seus familiares, dentre eles o certificado de filiação à loja maçônica da Rua Rio Branco. Lá consta a sua data de nascimento e assinatura do mesmo e com base nesse documento que cito a data do nascimento do biografado.

O ensino secundário de Moraes foi todo feito em escola pública, o então conhecido Liceu, que funcionava como ensino preparatório onde comumente frequentavam os filhos dos grupos que tinham melhor condições porque precisava passar em exames e admissão e esses tinham um melhor ensino básico¹⁹.

Prosseguiu Nascimento Moraes seus estudos no Liceu Maranhense que oferecia um curso integral de ciências e letras, equiparando ao plano do Ginásio Nacional, com duração de 7 anos. Abrangia cerca de 27 disciplinas dispostas em 21 cadeiras que deveriam ser cursadas, obrigatoriamente dentro do tempo previsto pelos alunos para depois serem submetidos aos exames finais de cada ano, envolvendo os assuntos estudados durante o ano letivo (GOMES, 2015, p. 73).

Eram comuns nos jornais da época ser anunciados as convocações para prestar exames das disciplinas do Liceu, e logo após saíam os resultados dos alunos que tinham êxito. No jornal *Pacotilha* entre os anos 1897 e 1899 seu nome foi citado para prestar os exames no colégio Liceu, possível também notar algumas aprovações no ensino secundário como nas disciplinas de Francês, Inglês, Geografia, História Universal e do Brasil, Química, Física, Latim, Geometria e Trigonometria.

Após a conclusão do seu ensino secundário, não se tem conhecimento se ele chegou ingressar ou não em um ensino superior. Mas percebe-se uma atuação do mesmo, no ano seguinte na fundação da *Oficina dos novos (1900)*, organização criada por intelectuais já citada nesse trabalho. Moraes dedicou boa parte da sua vida ao trabalho jornalístico, mas não deixou de pensar nas Letras e ter cuidado pela educação a qual ele tanto citava em suas crônicas.

Em 1900, com apenas 18 anos, ele já adentrava o mundo das produções jornalísticas através do jornal *Pacotilha*, por intermédio de Manuel Bitencourt (ARAÚJO, 2011, p. 17). Já no ano seguinte é possível perceber Moraes tendo outras atribuições na esfera do trabalho. Através de anúncio publicado no jornal *Diário do Maranhão* é possível constatar o biografado oferecendo seus serviços como professor apto a ensinar para o preparatório do curso secundário de acordo com o método “sistemático e fácil”, o mesmo conclui no anúncio que atendia na rua Cruz, nº 62 (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1901, n.p.).

¹⁹ De acordo com Elisângela Gomes (2015, p. 74) para que o aluno pudesse ingressar no ensino ginásial do Liceu naquela época, deveria desembolsar uma quantia de 5\$000 reis por ano e mediante matrícula na Secretária Geral de Instrução Pública e as aulas ficavam dispostas entre dois turnos, manhã e tarde. Não se tem provas de como foi paga ou se sequer foi pago esse valor para que Nascimento Moraes ingressasse no Liceu Maranhense, mas sabe-se que ele completou seu ensino secundário lá, reforçando a tese de que passou despercebido enquanto negro de origem pobre em um sistema social que estruturalmente excluía pobres e negros do ensino intelectual.

De acordo com as pesquisas feitas por Marléia dos Santos (CRUZ, 2016, p8), Nascimento Moraes teria morado dois anos fora da capital maranhense, pois domiciliou-se em Manaus com um dos seus irmãos que estava habitando na cidade. Ele o teria motivado Moraes a ir para o Estado do Amazonas possivelmente pelo fechamento do jornal *A campanha* onde trabalhava na capital maranhense (GOMES, 2015, p. 89).

Em 1904, Nascimento Moraes migrou para Manaus, onde esteve auxiliando a direção do Colégio Atheneu Amazonense. Sua chegada é registrada na imprensa, naquele mesmo ano em que seu irmão Raimundo foi nomeado funcionário da Administração dos Correios da Amazônia (*Jornal Quo Vadis*, 9 mar. 1904, p.1). Retornou ao Maranhão no ano seguinte, a pretexto de tratamento de saúde. Em São Luís, continuou as aulas que ministrava em sua “residência e em casas particulares” (CRUZ, 2016, p. 8).

Também acumulou funções como colaborador da Intendência Municipal sendo demitido por questionar políticos no jornal (GOMES, 2015, p. 98). Ao regressar à capital maranhense, Nascimento Moraes voltou a dar aulas particulares na sua provável residência na Rua Cruz e se dedicar ao jornalismo e as letras.

Quanto à carreira na docência, em meados da década de 1910, começou a lecionar no Liceu maranhense, escola por onde havia passado na infância e lá teria concluído seu ensino secundário. Voltou para o mesmo espaço com experiência de quem vivenciou o ensino problemático do Maranhão, mas com um olhar de mudanças. Enquanto professor, assumiu várias disciplinas:

Em 1911, no governo de Luiz Domingues, Nascimento Moraes foi nomeado interinamente para reger a cadeira de Aritmética, Álgebra e Geometria da Escola Normal e, em 1914, tornou-se Professor Catedrático de Geografia do Liceu Maranhense, após submeter-se a concurso (CRUZ, 2016, p. 8).

Nos jornais teve atuação mais duradoura e significativa no ponto de vista das suas produções intelectuais. Atuou em diversos periódicos na cidade como colaborador e acumulando também função de redator chefe em vários deles, como no *Diário de São Luís* (1921), o jornal *A Tribuna* (1930), *Pacotilha* (1934), *A Hora* (1927), *O globo* entre outros. Ele atuou nos jornais por quase toda sua vida até dimeados da década de 1950 (GOMES, 2017, p. 101).

Entre crônicas, cartas endereçadas a amigos e figuras públicas da sociedade maranhense Moraes deixava escapar entre as palavras sua indignação às ruins condições em que o Maranhão se encontrava, os desabafos sobre a política que era exercida no estado e também sobre sua orientação intelectual.

Em carta intitulada “CARTA INTIMA, meu ilustre confrade e Brillhante poeta I. Xavier de Carvalho” Nascimento se mostrou insatisfeito com um amigo que teve a mesma formação que ele e caminhou em sentido contrário, e que talvez parecesse não ser o do progresso do Maranhão. Nessa carta ele apontou em direção às características citadas no paragrafo anterior, em recorte de algumas de suas palavras diz:

Depois de longo itinerário que ambos havemos feito juntos, na posição em que hoje me encontro e na que vossê se inperliga, veiu-me a mente escrever-lhe para lhe dizer que resolvi praticar pela imprensa o bem do nosso torrão natalício [...] Deixava então, o liceu, carregado de preparatorios, vesse bacharel, doutor, colhia os justos encómicos da Missa Negra que lhe haviam lançado aos prósperos ventos das letras indígenas, como tormosissima esperanaça. Daí, começámos a encotrar-nos frequentes vezes, arrastados pelo mesmo ideal, pela mesma utopia, talvez - a grandeza do Maranhão[...] A leitura de la Harpe, Saint-Baune, Brounetiere, Taine, Adison, Ruskiu, Emilio Ennequin, entre outros dessa craveira intelectual não seria escusada para explicar o caso de sua formação politico-moral (MORAES, 2000, p. 59)

Moraes comumente não poupava palavras nas suas críticas jornalísticas, o que gerava bastantes conflitos na imprensa local, tanto quanto a sua permanência nos períodos como sua relação com outros jornalistas e personalidades públicas aos quais fazia frente.

Exercitava também críticas à própria imprensa, da qual fazia parte como no artigo publicado no *Diário Oficial* intitulado “Esborralhar da Civilização”. Nele faz críticas explicitas ao fazer jornalístico dos últimos anos que, para ele, era irresponsável e causador de polêmicas quando deveria usar a informação em favor do povo, e não para confundi-los em detrimento de interesses pessoais dos mandatários da imprensa. Em algumas partes ele diz:

Um dos vírus que devoraram o antigo regime foi, sem dúvida, o jornalismo irresponsável. Foi esse jornalismo que criou de insultos como arma de combate aos homens públicos do País [...] Foi esse jornalismo que desmoralizou o criticismo político que se enquadrava dentro de princípios elevados, de análise esborre e ilustrada que teve como representante, em todos os tempos homens de alto expoente mental. [...] por que consentir continue esse divertimento da imprensa em que entre seus grandes objetivos e superiores intuito tem, como teatro e com escola, uma grande missão social e política a cumprir – a educação moral e disciplina mental do povo e da mocidade? (MORAES, 2000, p. 3).

O material intelectual de Nascimento Moraes, na sua grande maioria, está atrelado ao seu trabalho nos jornais do qual fez parte; portanto, uma das principais fontes para compreensão do seu trajeto de vida, pois lá ele expunha seu pensamento crítico sobre várias questões. É a partir desse material que da-se prosseguimento a segunda parte desse capítulo buscando compreender aspectos da educação a partir do pensamento de Moraes.

4.2 A Fonte e a produção de Moraes nos jornais

Antes do prosseguimento à análise propriamente dita da fonte, é importante apresentá-las ao leitor, pois ela é o instrumento técnico que atua como elo forte entre a investigação e o objeto de estudo. Para que a pesquisa tome vida e ares de legitimidade e que entendam como foi conduzido o trabalho, uma apresentação fontes e a metodologia usada para abordagem da mesma faz-se necessário.

Os jornais foram à base para coleta das informações expostas nessa pesquisa, mas para além deles é feito um esforço na busca de informações que pudessem complementar o sentido dos temas abordados, por vezes tendo que recorrer a bibliografias sobre período tratado ou outras fontes documentais. Dentre os jornais trabalhados foi necessário fazer um recorte temporal, qualitativo e quantitativo, para que chegássemos a um limite de informações plausível e para que atingíssemos o fim necessário, o objeto de pesquisa.

Foi explorado um total de 140 artigos de jornais escritos por Nascimento Moraes, sendo alguns deles usado pseudônimo como Valério Santiago e João Ninguém. Dentre os artigos lidos foram selecionados 22 que compunham temas relacionados à Política, Educação e Sociedade para compor a pesquisa. O material verificado foi coletado no Arquivo Público do Maranhão. Segue a baixo quadro demonstrativo de alguns artigos selecionados²⁰.

²⁰ Quanto aos documentos mais antigos referentes ao ano de 1918, na sua grande maioria não estavam em bom estado de conservação e também era recorte de jornais da época. Logo, houve certa dificuldade para encaixá-los em um padrão que fosse possível traduzir em quadro demonstrativo, pois alguns deles faltam informações essenciais como datas, origem do jornal de publicação até cortes no conteúdo escrito. Por isso não os demonstrei em quadro para o leitor.

Quadro 3 – Artigos de jornais entre 1929 a 1941

TITULO	JORNAL	ANO
Bandeirante das letras	Tribuna	06/09/1929
Civilização de fachada	Tribuna	01/10/1929
Ao fulgor da ideia nova	Tribuna	19/10/1929
Pedagogia Capenga	Tribuna	29/10/1929
Uma pagina de critica	Tribuna	05/11/1929
MAHAMED HUSSIN	Tribuna	15/11/1929
Viriato Correia, contador de história	Tribuna	30/11/1929
Apostolado Cívico	Tribuna	05/12/1929
Orientação Pedagógica	Tribuna	29/03/1930
Depois da vitória	Diário Oficial	02/07/1931
O 5 de julho	Diário Oficial	04/07/1931
Esborralhar da civilização	Diário Oficial	05/08/1831
Um magistério político	Diário Oficial	30/01/1941

Fonte: O autor (2019)

Quanto à linha temporal de publicação dos artigos analisados e a vinculação em jornais, utilizei a mesma metodologia feita pela APEM dividindo-os por Artigos de Jornais, e Recorte de Jornais e assim os separando por datas e os jornais veiculados. Vale ressaltar que os artigos do ano de 1918 cujo qual foi feito uso não tinha qualquer registro que pudesse ligar a algum periódico, entretanto o dos anos entre 1929 a 1945 faziam parte do Jornal *Diário Oficial e a Tribuna*.

Tendo em vista que não se teve contato com o jornal na íntegra, ou seja: não foi possível avaliar todo seu conteúdo, pois não se encontrava disponível para consulta. Foi priorizado apenas do conteúdo escrito por José Nascimento Moraes. Logo “a análise do conteúdo pressupõe análise externa relacionada a conhecimento do tempo histórico ao qual se

refere a periodização estabelecida para a pesquisa” (CAPELATO, 2015, p. 131).

Portanto, não é necessária uma inspeção exaustiva de algumas características externas dos jornais como a propagação de anúncios publicitários, forma de fomento e recursos para circulação do mesmo, público alvo entre outras características. Já que está em voga o caráter intelectual da escrita de Moraes para traçar caminhos percorridos por ele ao longo da sua vida como pensador dos assuntos da sua contemporaneidade²¹.

Quando ao aporte teórico, embasa-se mais umas vez na *micro-história*. Assimilando que o trabalho de campo usando tal método há um intercalar das escalas de observações, entre o micro e o macro, podendo-se chegar a um denominador comum entre o contexto e objeto pesquisado, desta forma contribuindo para se refazer trajetórias de vida, nesse caso, a de Moraes.

Trata-se de uma corrente que se propõe um caráter experimental, como um laboratório de experiências que ensaia uso de fontes, que entrecruzadas, remetem ao simbólico, à sensibilidade e à representação. Em suma, a *micro-história* busca traduzir o empírico em sensibilidades, na tentativa de resgatar a experiência do vivido, indo do *tempo curto* dos dados de arquivo ao *tempo macro* de uma época dada do passado (PESANVENTO, 2008, p. 75).

Nesse sentido, cruzam-se os dados coletados nos arquivos com as informações adquiridas através das revisões bibliográficas. Por se só os documentos pouco explicam qualquer fato, porém, quando cruzados com informações extras, podem esclarecer uma história. Assim, possível perceber padrões ou distanciamento do comportamento do biografado perante a sociedade. Moraes por várias vezes está intrincadamente ligado aos padrões de comportamento e de pensamento estabelecido pela sociedade.

²¹ No intuito de contribuir na utilização dos jornais, como fonte para análise de pesquisas históricas, enquanto ofício do historiador, Maria Helena Capelato, em seu artigo intitulado “A imprensa com fonte de e objeto de estudo do historiador” publicado em *História das Américas: fontes e abordagens, historiográficas* salienta a importância dessa fonte para compreensão do vivido de uma sociedade ou de um alguém, por sua faz sendo possível tomar como base também para pensar sobre aspectos de uma trajetória de vida, ou seja, de uma biografia. Em suma, não se pode esquecer que em função da vida que se interrogam os mortos, portanto cabe ao historiador fazer reviver personagens de uma época, ou seja, captando as transformações dos homens no tempo. Essa constatação permite afirmar que a imprensa oferece amplas possibilidades para o estudo da história porque nela fica registrada a vida cotidiana de uma sociedade em seus múltiplos aspectos, o que permite ao historiador compreender como viviam indivíduos de outras épocas, não só os ‘ilustres’, mas também os sujeitos anônimos (CAPELATO, 2015, p. 115).

Entendendo que homem é fruto do meio em que vive, todo o conteúdo dos textos que serão abordados a seguir como relatos de experiência de Moraes nos jornais, de alguma forma remetem a e reagem a acontecimentos históricos. Pode-se dizer que ele não era um homem singular em seu tempo no que diz respeito aos pensamentos, mas exemplo de um comportamento plural em um mundo de singularidades coletivas.

Portanto, não se pretende fazer uma teoria geral dos assuntos tratados por Moraes na imprensa, pois o que se percebe é uma grande de circulação de ideias e temas escritos por ele e estava ligados aos mais diversos contextos das épocas em que ele escrevia. É proposto um o recorte de alguns desses temas pensando a partir do eixo temático trabalhado que é a educação para compreender o posicionamento do biografado frente às questões expostas no meio social, mais especificamente no âmbito educacional.

Logo ao alvorecer da República Nascimento Moraes vê nos jornais a possibilidade de expor seu conteúdo sobre diversas temáticas. Coincide com o momento pelo qual a Imprensa no Brasil passava a profissionalizar o jornalista, muitos desses que iniciaram nesse ramo eram tidos com intelectuais das letras da época e viram nesse meio uma oportunidade de propagar suas ideias através do alcance dessa mídia.

A república trouxe consigo mudanças de papéis sociais e novas normas de conduta que criaram um ambiente confuso onde as posições dos indivíduos, já não eram mais seguros, como no Império, com sua estrutura social fixa e a estabilidade política fundamentada na figura do imperador. A organização desse novo cenário necessitaria de um discurso que pudesse ter uma eficiência qualitativa e quantitativa. Devido a isto, por sua ampla difusão, a imprensa tornou-se um mecanismo eficaz na organização do cenário Republicano (ARAÚJO, 2011, p. 63).

Nesse sentido, os artigos escritos por José Nascimento serviam como multiplicador das ideias já debatidas nos diversos âmbitos sociais, mas também trás a particularidade do seu pensamento mediante as críticas feitas pelo mesmo. Assim, é possível compreender como ele recebia e assimilava as informações que chegavam ao seu meio, partindo do pressuposto da sua singularidade.

Retomando ao problema central, nota-se nos escritos do biografado uma preocupação não só como jornalista, mas com quem entendia do assunto da educação que era praticada no país. O seu trabalho jornalístico, praticado nos periódicos com escrita em tons de denúncia dos problemas da época, misturava-se com o ofício de professor no sentido de educar através do seu conteúdo pedagógico.

Os artigos de Nascimento Moraes também mostram que ele era um grande observador da cidade em que vivia, pois muitos dos seus artigos denunciavam questões sociais que o intrigavam e faziam parte da sua militância, como o ensino público e os métodos de ensino nas diferentes disciplinas. É notório que o ensino era uma de suas bandeiras de lutas, uma vez que a sua atividade jornalística era simultânea à sua prática pedagógica e que ele era mais conhecido como o professor Nascimento, mesmo quando estava no seu fazer jornalístico. Inclusive, usava os jornais pelos quais passou para divulgar seus trabalhos como professor (CARDOSO, 2013, p. 105).

No âmbito do fazer jornalístico Moraes, escreveu vários artigos onde se mostrava alinhado aos pensamentos do novo modelo escolar para a República, porém não é possível precisar com exatidão quais teóricos ele tomou conhecimento para embasar seu pensamento. Mas é possível perceber que o conteúdo produzido por ele dialogava com conceitos como o liberalismo através de ideias positivistas e republicanas.

Nos conteúdos publicados a partir do ano de 1930 é possível perceber uma relação íntima entre os temas Educação e Política, por muitas vezes não sendo coerente dissociá-los para trabalhar em contextos isolados. Pois como vimos no capítulo anterior, esses temas estavam presentes em um contexto maior, sendo a formação do modelo de Educação para a República e própria construção desse novo regime que estavam em plena atividade.

No que tange a contexto nacional, o país passava por uma grande mudança política pondo fim à República oligárquica e iniciando uma nova era sob o mando de Getúlio Vargas caracterizado no primeiro momento pela centralização do poder e seu caráter de valorização nacional. Isso refletia diretamente no modelo de educação que estava sendo pensado para nova república principalmente através do manifesto dos pioneiros que eram uma das correntes mais fortes da época.

Em artigo publicado no *Diário Oficial*, intitulado “5 de julho”²², Nascimento se posicionou mediante as demandas da sua época quanto à nova ordem política vigente, a qual ele caracterizava com o Revolução. É feita uma comparação entre ensino cívico dos anos iniciais da primeira república e o momento vivido por ele. Nesse sentido fica notável a concordância Moraes aos ideais nacionalistas do governo getulista por Moraes. Para ele deveria investir-se em uma Educação cívica e moralizadora que enaltecesse a nação e seus

²² O título do texto faz menção ao Tenentismo, movimento contestatório que tentou por fim ao regime oligárquico da República Velha, mas sem sucesso na década de 1920. O 5 de julho citado faz referência ao ano de 1922, quando nesse dia militares tentaram tomar o forte de Copacabana, essa revolta daria o marco inicial das ações tenentistas no Brasil. O fato ficou conhecido marco histórico, o levante dos “18 do Forte” de Copacabana. Moraes cita também um dos líderes desse movimento, Siqueira Campos, o chamando de extraordinária figura do movimento. O que dá atender é que Nascimento era um apoiador desse movimento e para ele deveria ser lembrando com expoente revolucionário de caráter nacionalista.

principais personagens e para ocorresse a revolução social, portanto deveria atingir as classes laboriosas e da mocidade. Segue parte do texto escrito por Moraes (2000, p. 3):

Deve ser programa revolucionário dar á educação cívica uma orientação daquela que por que ia, sem objetivo utilitário, sem plasmar à luz dos sentimentos pátrios, a alma nacional. Deve ser do programa revolucionário implantar pela educação cívica no espirito da mocidade a energia moral necessária ao cumprimento do dever. A educação cívica é uma religião. E sendo religião, considera-se, por força a sua própria educação patriótica, a mais profunda crença dos povos cultos. No regime que caiu, na pedagogia oficial não conseguiu realizar o culto ao civismo. Porque quando os sentimentos cívicos não estão na expressão espiritual do preceptor, poderá ela jamais edificar o civismo de sua classe. A educação cívica é uma catequese. E como tal deve estender-se a todas as classes, a todas as localidades, levantando por toda parte as atalhas de sua disciplina moral, pondo em prática todos os princípios de sua sistematização disciplinar. Assim entendem todos os codificadores, e, entre muitos nacionais, Frota Pessoa, que é um dos seus mais acendrados propagandistas, José Augusto na sua “Educação”, e Carneiro Leão, em vários trabalhos. É Preciso saber infiltrar, na alma da mocidade e do povo, admiração e respeito pelos grandes feitos e pelos grandes homens que honram e elevam a nacionalidade.

Nesse mesmo texto Moraes faz menção ao papel do recém-criado Ministério da Educação e Cultura enquanto órgão governamental para atuar em prol da Educação cívica. Nesse caso, a função do Ministério era levar ao conhecimento da população conteúdos que ressaltassem os grandes nomes nacionais e os acontecimentos importantes, pois ele entendia que a população ainda não teria assimilado o espirito nacionalista se propôs por todo o período da primeira república.

Um ponto a ressalta nos escritos de Moraes; é a presença do termo *civismo* ou derivações, principalmente quando se tratava de temáticas como a educação, sociedade e política. Tanto que ele dedicou um artigo somente para tratar sobre esse tema, o “Apostolado Cívico”, que foi publicado pelo jornal a *Tribuna*, em 1929.

Moraes não se valia dessa temática por acaso; o Civismo fazia parte de um conjunto de valores sociais relacionados à conduta humana que já circulavam entre os meios sócio-políticos. O Estado se valeu do conceito e aplicou na educação como forma de inculcar suas doutrinas através da formação dos professores e alunos²³. Quando ao conteúdo do artigo

²³“A identificação entre a função social do magistério com o apostolado remete à influência das congregações religiosas na profissão docente. Sustentamos que a concepção de magistério como sacerdócio subsistiu nas políticas de profissionalização do magistério no pós-1930. O conjunto de políticas educacionais dos anos de 1930, tanto destinadas à regulamentação da profissão docente ou que, através das reformas do ensino atingiam os professores na organização das instituições escolares, manteve sob a profissão docente a concepção de apostolado. Contudo, o termo “cívico” e o significado específico de que se revestiu, caracterizou a concepção dos setores entrenchados na sociedade política sobre a função social e política do magistério. (DIAS, 2013, p. 113).

citado no paragrafo anterior, Nascimento (2014, p. 67) diz:

É assim que eu compreendo o Apostolado Cívico. Nem há apostolado que não seja assim: trabalho hercúleo da pertinácia da constância, da abnegação, do devotamento, feito com a sinceridade, com a dedicação, com a impavidez, com a acendrada fé, com acrisolado amor, por vezes com o fascinante delírio do mais desmaiado entusiasmo. Apostolado Cívico de grande vulto e integérrima resistência, exemplaríssimo labor de intelectuais fascinados pelo mais extremado sentimento patriótico, que no Brasil já se levantou nestes tempos, é certamente esse nessa hora a todos os bons brasileiros empolga- é o apostolado em prol da educação popular. Ele esta sendo levado a feito, em jornais, em revistas, em livros, em palestras e conferencias. Ele tem conseguido lavar de lus forte todas as classes sociais. Ele tem conseguido interessar, assim o governo da República, como o governo do estado. O Maranhão, com seus pequenos recursos econômicos esta a acompanha-lo com êxito. Minas, a rica, esta dar-lhe pompa solidariedade. A esse Apostolado Cívico que se intensificou com o advento da República e que vindo num crescente esforço de resultados eficientes deve-se já a criação de um Departamento Nacional de Educação cuja força motriz já se vai fazendo sentir em todo Brasil, por obras de alto cunho patriótico. [...] Esse Apostolado Cívico é o maior monumento que a intelectualidade brasileira está levantando nestes últimos tempos. Será amanhã a maior gloria do Pensamento Brasileiro. E eu pergunto: Quando ficará terminada essa obra? Quais serão os fulgidos espíritos que gozarão das pomposas festas dessa vitória sem igual?

De acordo com o conteúdo acima, é possível salientar dois eixos importantes de debate sobre o processo institucionalização da Educação no Brasil. Um primeiro ponto é perceber a grande influência da Igreja Católica e o ensino religioso nessa construção de um “novo Brasil”, um segundo é a relação entre a Política e a Educação materializada nas instituições públicas e nas escolas de modo geral (públicas e privadas).

A Igreja Católica desde o fim do século XIX vinha perdendo forças para as novas teorias educacionais que chegavam ao Brasil através dos movimentos intelectuais já citados que fendiam o ensino laico e público. Entretanto, nota-se resistência dessa Instituição mediante esses avanços da política liberal. Exemplo disso, é próprio Apostolado Cívico que unia conceitos religiosos e morais dentro de um só contexto de ensino para democracia.

Mesmo que Estado e Igreja estivessem pactuado em unir-se contra aspectos que confrontassem a República como teorias comunistas e anarquistas, não eram hegemônicos e divergiam quanto aspectos do ensino como laicização e os métodos de abordagens gerando vários conflitos ideológicos.

A aliança entre Igreja Católica e o Estado na “defesa” da nação e no combate ao comunismo, ao liberalismo e a outras expressões políticas e religiosas distintas da ideologia do regime, concorreu para a presença clerical nas encenações espetaculares do regime político, na sucessão de missas votivas pelo progresso do país, em correntes de orações, assim como a participação de Vargas em inúmeros atos religiosos. A nação foi erigida como objeto religioso, ente sagrado, mas dotado de materialidade, energia, ação, constituindo um corpo único, religioso e social. (DIAS, 2013, p. 128)

Quanto à relação entre o Estado e a Educação imbrica-se através do *civismo* praticado dentro das escolas e lugares de saber²⁴. Nesse sentido eram trabalhados nas escolas conceitos com nacionalismo, patriotismo pelo pressuposto de uma Educação moral e cívica. O que não estava explícito eram as intencionalidades do Estado em forma na consciência social ideias que ressaltassem o governo getulista. “A educação do país deveria instrumentalizar os cidadãos em formação para construir e manter esse estado” (CARNEIRO, 2017, p. 107).

É patente, nesse período, sobretudo no Estado Novo, a instrumentalização política da educação. Pelo *civismo* difundido nas escolas almejava-se conquistar a adesão à ideologia autoritária do regime. Prontos a acatar o comando dos seus superiores hierárquicos e preparados para os sacrifícios que as autoridades lhes ordenariam em futuro próximo, a juventude egressa dos bancos escolares colaboraria, conforme preconizado pelas autoridades políticas, na construção da nação (DIAS, 2013, p. 127).

Outro ponto eminente na escrita de Moraes era a preocupação que tinha com o modelo pedagógico e ensino proposto para as escolas. Portanto, para além das atribuições dadas ao seu nome, vale acrescentar a característica como pedagogo já que seu trabalho estava ligado aos processos relacionados ao ensino aprendizagem.

Várias teorias educacionais circulavam no Brasil entre os últimos anos da década de 1920. Dentre elas as teorias progressistas alinhadas ao novo regime onde se tinha valorização da individualidade humana, formação para o trabalho. A outra mais forte era ligada às ideias socialistas.

Na Educação prevaleceu o ensino de cunho positivista impulsionando a criação de escolas no modelo *escolanovista* que já era trabalhado no Brasil. As Escolas Novas seguiam modelo contrário ao ensino conhecido com Tradicional que se caracterizava por um ensino “conteudista” de memorização dos conteúdos.

Moraes em “A pedagogia capenga”, publicado em 1929, no jornal *Tribuna*, salientou essa relação de instabilidade na política educacional que precedia a nova ordem de governo da nação. E ressaltou preocupação com o ensino amplo que atingisse a formação das classes subalternas e menos privilegiadas, assim como a importância do método de ensino que de deveria ser elaborado para essa nova escola.

²⁴ A associação entre patriotismo e educação gerou o *civismo* de novo tipo divulgado a partir do espaço escolar, em que o *civismo* deixa de ser tema complementar e assume centralidade na organização das atividades escolares. Nesse sentido é que, desde 1931, a Educação Moral e Cívica tendeu, no Ministério da Educação e Saúde, a ser expandida para integrar todo o currículo e a atividade escolar (DIAS, 2013, p. 127).

Os problemas de suma importância que nos dias que ocorrem preocupam as coletividades, que aspiram justamente emancipação econômica, liberdade de pensar e sentir, justiça compensadora de esforços de Direito incentivador do trabalho, exigem da mocidade noções sólidas, conhecimentos úteis, que lhe sirvam amanhã de base as altas concepções políticas, a estudos e análises de que dependem de organização racional da sociedade e das corporações trabalhistas, impulsionadoras da vida que é construção e da tenacidade espontânea que é a riqueza. Combate-se, e justamente, um nefelibatismo científico e filosófico que serve somente ao formalismo das médias, as solenidades dos exames, e a consagração de um título ou diploma, que lisongea vaidade e orgulho, e favorece o protencinismo político. Perturbam a assimilação do estudioso, confundem a razão quando curiosa indaga sobre o verdadeiro erro, e laça o raciocínio insipiente num delalô de sofismo e silogismo. A ciência de que precisa a mocidade para compreender os fatos a que se passam presentemente em todas as coletividades não se encontra nos programas oficiais (MORAES, 2000, p. 78).

Nitidamente Moraes rebatera o modelo de ensino tradicional em detrimento do progressista por meio da Escola Nova que “defendia a educação ativista, a partir da renovação da pesquisa pedagógica, na busca por fundamentos filosóficos e científicos de uma prática educativa mais eficaz” (ARANHA, 2006, p. 263). Essa educação deveria da base para a formação cidadã com valorização aos ideais democráticos.

Um dos principais influenciadores desse modelo de educação foi o norte-americano John Dewey²⁵. As suas teorias chegaram ao Brasil com maior intensidade nos anos de 1920 em diante e são bastante difundidas por outro pensador brasileiro, Anísio Teixeira, que foi aluno de Dewey. De acordo com Maria Lucia (2013), a teoria do norte-americano era fundamentada em oposição a educação tradicional.

Dewey fez severas críticas à educação tradicional, sobretudo na predominância do intelectualismo e da memorização. Rejeita a educação pela instrução defendida por Herbart, opondo-lhe a educação pela ação. O fim da educação não é formar a criança de acordo com o modelo, nem orientá-la para uma ação futura, mas das condições para que resolva por si própria os problemas. Considerando a noção central de *experiência*, Dewey conclui que a escola não pode ser uma preparação para a vida, mas a própria vida. Por isso vida-experiência-aprendizagem não se separam, e a função da escola está em possibilitar a reconstrução continuada que a criança faz da experiência. A educação *progressiva* consiste justamente no crescimento constante da vida e controle que exercemos sobre ela (ARANHA, 2006, p. 262).

A crítica de Moraes é consistente ao questionar a praticidade dessa teoria, porque por mais que elas circulassem entre as alas intelectuais no contexto político, elas ainda não tinham sido implementadas nas escolas. “Não havia, entretanto, uma sistematização

²⁵ John Dewey foi o filósofo norte-americano mais importante da primeira metade do século XX. Sua carreira cobre a vida de três gerações e sua voz pôde ser ouvida no meio das controvérsias culturais dos Estados Unidos (e do estrangeiro) desde a década de 1890, até a sua morte em 1959, quando completara 92 anos de idade (WESTBROOK, 2010, p. 11).

generalizada do ensino brasileiro, o quer era justamente o que Capanema buscava empreender” (CARNEIRO, 2017, p. 107).

No Estado Novo (1937-1945), durante a ditadura de Vargas, o Ministro Gustavo Capanema empreendeu outras reformas do ensino regulamentadas por diversos decretos-leis assinadas de 1942-1946 e de nominadas leis orgânicas do ensino” (ARANHA, 2006 p.307). As reformas atingiram em especial o ensino secundário e superior, pautadas na perspectiva da divisão econômica e social em prol do trabalho.

É válido salientar que, apesar da aplicação e da sistematização da educação nacional, as divisões propostas por Capanema perpetuavam em muito a segregação social, pois instituiu uma escola para aqueles que buscavam a universidade e ascensão social, e outras para aquele que não tinham opção senão o ingresso imediato ao mercado de trabalho (CARNEIRO, 2017, p. 110).

Em “Um Magistério Político” publicado em 1941 no *Diário Oficial* Moraes dava sinais que a educação primária e as demais não iam bem, o projeto político que ele acreditava que erro o da situação parecia falhar na prática, o mesmo afirmava que “o analfabetismo, por motivos da manifesta escassez de escolas primárias, ainda se mede por um elevado expoente” (NASCIMENTO, 2007). Assim levando-se a questionar a eficiência das reformas que estavam acontecendo.

Moraes atuou nos Jornalismo até a década de 1950, mas os conteúdos que ressaltam a Educação são intensificados, por motivos óbvios, durante os momentos de maior volume do debate nacional sobre o tema.

Não é possível afirmar com exatidão uma posição de Moraes frente a uma posição coesa. Ele se mostrava defensor da Democracia e o progresso do Brasil, contudo, mesmo na posição de apoiador, não deixava de salientar a necessidade do mudar a condição social dos menos favorecidos. A ilusão da democratização do país não ocorreu por meio da Educação nesse período, pelo menos no primeiro Governo Vargas que foi analisado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As biografias têm um passado longo de construção histórica, sendo possível percebê-las desde a Antiguidade. Muito se debateu sobre esse tema no contexto do fazer histórico, ensejando, por vezes, certo afastamento dos historiadores por essa temática. Ou em momentos ímpares percebia-se a volta das biografias aos centros dos debates para tratar sobre diversas questões da sociedade, como é possível constatar durante a redação do primeiro capítulo deste trabalho.

Contudo, atualmente o eixo das questões debatidas pelos historiadores parece não mais esta relacionada à legitimidade do fazer biográfico na sua amplitude de trabalhos que ressaltem a memória, autobiografias e afins. Hoje as biografias estão consolidadas no campo histórico como método. Então, em que concerne o debate sobre esse tema? São os modos operantes para se produzir biografias no campo da história um dos maiores pontos de preocupação entre os biógrafos historiadores.

Outras áreas do saber arriscam falar de vidas como as dos jornalistas e dos escritores em geral. Contudo, o que os diferencia na escrita biográfica é o modo como se produz o texto, principalmente no que se refere a uma liberdade maior na hora de escrever. Não é que não haja rigor algum na escrita porque qualquer um que se arrisque a falar de vidas tem que no mínimo partir de princípios éticos, morais e responsabilidades sócias.

A diferença está no rigor com os referenciais teóricos e metodológicos. O historiador vê as biografias não somente com relatos de vidas, não é somente a preocupação com a narrativa em si, mas dever de pensar o personagem, pois dentro de um contexto é preciso envolvê-lo na construção de problemas sólidos que devem ser questionados ou resolvidos em torno do personagem durante a produção do texto.

É por isso que nas últimas décadas tem-se percebido um avanço no crescimento das biografias no campo História em várias áreas de abordagens, pois elas aparecem nesse cenário com forma de dá luz a nomes desconhecidos e levantar problemas em áreas com a história política, social, da escravidão, cultural entre outras. Dessa forma vindo a contribuir para o uma renovação historiográfica.

Entretanto, falar de alguém “desconhecido” implica algumas complicações, pois diferente de biografar uma personalidade “ilustre” onde parece que a escrita da vida faz mais sentido pela relevância do personagem, o desconhecido precisa se afirmar como alguém que fosse justificável uma produção. Portanto, por vezes acarreta o esquecimento de alguns trabalhos, mas quebrando com essa ideia previa-se dos personagens com mais ou menos

prestígio que eles devem ser visto com o mesmo rigor técnico e ambos serão relevantes se a construção da sua trajetória for importante para esclarecer algum tema específico.

No caso desta pesquisa, não se exclui o caráter biográfico como método, pois é reconhecido o esforço dos que se empenharam para a consolidação desse procedimento para a história. Usam-se várias vezes a expressão “trajetória de vida”, porque é compreendida a história de uma vida de acordo com pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1980) em sua obra *A ilusão biográfica*. Entretanto, tende-se a distanciar os termos biografia e trajetória.

Nascimento Moraes se encaixa nesse panorama de produções biográficas quando a partir da sua trajetória é possível compreender diversos aspectos da sociedade maranhense. Não se trata também de um desconhecido porque vários espaços de saber intelectual e políticos rememorou algum aspecto da sua vida para dá sentido a um problema.

Nesse caso, a educação brasileira é o motivo pelo qual a história de José Nascimento Moraes é útil nesse trabalho. Sua contribuição para o esclarecimento do funcionamento do ensino e das ideias circuladas é de suma importância pra construção da História da Educação no Brasil.

Nascimento foi atuante através dos jornais e de sua função de professor em escolas de grande relevância na capital maranhense, mas e o conteúdo da sua produção intelectual o direciona para outra temática. Atuou como comentarista dos acontecimentos referente aos desdobramentos da Educação, por vezes pondo seu ponto de vista e ambições pessoais em evidência palpitando nos periódicos.

Fazendo uso desse material dialogando com os contextos históricos e conhecendo a história de Moraes possibilitou traçar um objeto de pesquisa com relevância substancial. A vida de Moraes findou, mas sua contribuição não. Outros aspectos biográficos com o resgate da memória da vida de quem já se foi, e não só pra se compreender o passado, reflexos das mudanças no presente.

Moraes não é um ponto de partida para uma história única, por exemplo, entender os aspectos da sua vida enquanto homem negro e descedente de libertos que sofreram com a escravidão dá outro contexto e rumo para sua trajetória. Mesmo que não fosse o objetivo principal dos trabalhos em alguns momentos deixa-se transparecer a importância da cor e a condição de homem negro para influenciar novas pesquisas sobre o personagem.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A educação do “Bello Sexo” em São Luís na segunda metade do século XIX**. São Luís: Editora UEMA, 2014.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARAÚJO, Adriana Gama de Araújo. **Em nome da cidade vencida: São Luís republicano em José Nascimento Moraes**. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS. Natal, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.
- BRAS, Helayne Xavier. **Os marginalizados pela república: o discurso sobre modernidade e cidadania na obra de José Nascimento Moraes**. Dissertação (Mestrado em História social) – UFMA. São Luís, 2014.
- BRASIL. Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições á Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Brasília, 1834. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm . Acesso em: 20 jun. 2019.
- CAPELATO, Maria Helena. A Imprensa como Fonte de Estudo para o Historiador. In: **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanistas: CAPES, 2015. Cap. 6. Páginas 114 – 134
- CARDOSO, Patrícia Raquel Lobato Durans. **LOBO X NASCIMENTO NA “NOVA ATENAS”**: Literatura, história e polêmicas dos intelectuais maranhenses na Primeira República. Dissertação (Dissertação em História) - UFMA. São Luís, 2013.
- CARNEIRO, Maristela. **História da educação**. Curitiba: IESDE Brasil, 2017.
- CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica as práticas culturais. In: **A história cultural: em práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editorial, 1990, p 13-28.
- COSTA, Yuri Michael Pereira. **Celso Magalhães e a justiça infame: crime, escravidão, e poder no Brasil Império**. Tese (Doutorado em História) - Unisinos. São Leopoldo, 2017.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. A produção da invisibilidade intelectual do professor negro Nascimento Moraes na história literária maranhense, no início do século XX. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 209-230, dez. 2016.
- DIAS, Amália. Apostolado Cívico: a Função Social do Magistério de Ensino Secundário (1931-1942). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 8, n. 15, jan./jul. 2013, p.113- 134.
- FERREIRA, Luiz Alberto. Os Clubes Republicanos e a Implantação da República no Maranhão. In: COSTA, Wagner Cabral da (org.). **História do Maranhão: Novos Estudos**. São Luís: Edufma, 2004, p. 205-230.

FREIRE, Paulo. **Política e educação : ensaios** / Paulo Freire. – 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001.

GOMES, Elisângela Pereira. **A trajetória docente de José do Nascimento Moraes na primeira metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMA. São Luís, 2015.

LEVI, Giovanni. Usos Biográficos. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 167-168

LIMA, Euges. **A Praça do Panteon[1]**. Maranhão, 2018. Disponível em: <http://ihgm1.blogspot.com/2018/01/a-praca-do-panteon1.html>. Acesso em: 20 jun. 2019.

LONRIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 225-249.

MORAES, José Nascimento. **Vencidos e degenerados**. 4ª edição. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

NASCIMENTO, Manoel. Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. **Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**, Ponta Grossa, 15 (1) 77-87, jun. 2007.

PALMA FILHO, J. C. (organizador). **Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação**. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves de Almeida. **O Brasil Republicano. O tempo do nacionalstatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.17.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.63-98.

PERES, Tirsia regazzini. Educação Brasileira no Império. IN: PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação**. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47.

PILETTI, Claudino. **Didática Especial**. São Paulo: Ática, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 23. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.

SALES, Tatiane da Silva. Educação e sociedade maranhense na Primeira República. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25. 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do Conceito de Representação. **Revista de Teoria da História**, ano 3, n. 6, dez. 2011.

SCHMIDT, Benito Biso. História e biografia. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205.

SEGADILHA, Delcineide Maria Ferreira; PAIVA, Marlúcia Menezes. **Escola modelo Benedito Leite no contexto de produção da modernidade educacional em São Luís - Ma**. In: IX Congresso Brasileiro de Educação. João Pessoa – UFPB, 2017, p. 711-729.

SILVA, Adailton Soares da; SOUZA, Aneilton Oliveira de. Política Educacional No Brasil: do império à República. **RIOS Eletrônica**, 5, n.5, p. 69-79, dez. 2011. Paulo Afonso, Bahia: FASETE, 2011, p. 69-79.

SAVIANI, Dermeval, Escola e democracia. – 8ª ed. Campinas SP: Autores associados, 1985.

WESTBROOK, Robert B. **John Dewey**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.